



O Sabor do Arquivo

Arlette Farge

edusp



O SABOR DO ARQUIVO

Arlette Farge

Tradução
Fátima Murad

edusp



Copyright © Editions du Seuil, 1989

Collection "La Librairie du xx^e Siècle", sous la direction de Maurice Olender

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento
Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP

Farge, Arlette

O Sabor do Arquivo / Arlette Farge; tradução Fátima Murad.

São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

120 p. ; 21 cm.

Título Original: *Le goût de l'archive*

ISBN 978-85-314-1167-0

1. Arquivos. 2. Arquivística. I. Murad, Fátima. II. Título.

CDD 026

Direitos em língua portuguesa reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo

Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374

6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária

05508-010 – São Paulo – SP – Brasil

Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150

SAC (11) 3091-2911 – Fax (11) 3091-4151

www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2009

Foi feito o depósito legal

SUMÁRIO



Milhares de Vestígios	9
Uma Manhã na Biblioteca do Arsenal	16
<i>Na Porta de Entrada</i>	25
Percursos e Presenças	29
A Cidade Atenta	29
O Povo em Palavras	31
Presença Dela.	37
O Conflito.	46
<i>Ela Acaba de Chegar</i>	51
Os Gestos da Coleta	57
“Despojar”.	59
Jogos de Aproximação e de Oposição	65
Recolher.	66
Armadilhas e Tentações	70

Falas Captadas	79
Sobre o Acontecimento em História.	80
Fragmentos de Ética.	85
O Acidental e o Singular, o Único e o Coletivo	89
Sentido e Veracidade	91
Pensar Certas Formas de Expressão Popular.	98
<i>A Sala dos Inventários é Sepulcral.</i>	<i>111</i>
Escrever	117

MILHARES DE VESTÍGIOS



Verão ou inverno, é sempre gelado; os dedos se entorpecem ao decifrá-lo ao mesmo tempo em que se tingem de poeira fria no contato com seu papel pergaminho ou *chiffon*. É pouco legível a olhos mal exercitados ainda que às vezes venha revestido de uma escrita minuciosa e regular. Encontra-se sobre a mesa de leitura, geralmente em pilha, amarrado ou cintado, em suma, em forma de feixe, os cantos carcomidos pelo tempo ou pelos roedores; precioso (infinitamente) e danificado, manipula-se com toda delicadeza por medo de que um anódino princípio de deterioração se torne definitivo. Ao primeiro olhar, é possível saber se já foi ou não consultado, uma única vez que seja, desde sua conservação. Uma pilha intacta é fácil de reconhecer. Não por seu aspecto (pode ter-se mantido ao abrigo por longo tempo entre porões e inundações, guerras ou debacles, geadas e incêndios), mas por esse modo específico de estar uniformemente recoberta por

uma poeira não volátil que se recusa a dissipar-se ao primeiro sopro, fria escama cinzenta depositada pelo tempo. Sem outro vestígio a não ser aquele muito pálido da faixa de tecido que a circunda e a retém em seu meio, vergando-a imperceptivelmente.

O arquivo judiciário é específico. Aqui será examinado somente (ou quase) o do século XVIII, reunido em séries no Arquivo Nacional, na Biblioteca do Arsenal e na Biblioteca Nacional. Sobre ele assentou-se nosso trabalho de historiador¹.

Nesse século, ele não tem nada dos manuscritos medievais com admiráveis iluminuras; é simplesmente um dos recursos que a monarquia utiliza para administrar civil e penalmente, e que o tempo reteve como vestígio de seu escoamento. Como hoje, mas de maneira singular, a polícia lavra autos e preenche registros. Os comissários e os inspetores de polícia remetem aos seus superiores anotações e relatórios; os delinquentes são submetidos a interrogatórios e as testemunhas prestam seus depoimentos a escrivães que anotam sem pontuar, conforme a maneira fluente do século. É disso que é feito o arquivo judiciário do século XVIII: da acumulação, folha sobre folha, de queixas, processos, interrogatórios, informações e sentenças. Aqui repousam a pequena e a grande delinquência, ao mesmo tempo em que os incontáveis relatórios e informações policiais sobre uma população que se busca ativamente vigiar e controlar. Tudo isso forma pilhas, classificadas cronologicamente, mês após mês; pode formar também registros com encadernação

1. Para evitar o peso das repetições inúteis, onde se ler "arquivos", entenda-se "arquivo judiciário".

de pele (é mais raro), ou ser reunido em caixas de papelão cinza contendo dossiês penais classificados por nome e por ano. O arquivo supõe o arquivista; uma mão que coleciona e classifica, e embora o arquivo judiciário seja, com toda evidência, em todas as bibliotecas ou depósitos de arquivos departamentais, o mais “brutalmente” conservado (isto é, simplesmente guardado em estado bruto, sem encadernação, sem capa, apenas reunido e atado como um feixe de palha), de certo modo está preparado para um uso eventual.

Uso imediato, aquele de que o século XVIII necessitava para a alocação de sua polícia; uso diferido, talvez inesperado, para aquele ou aquela que decide tomar o arquivo como testemunha mais de dois séculos depois, e privilegiá-lo quase que exclusivamente em relação a fontes impressas mais tradicionais e também mais diretamente acessíveis.

O arquivo não se parece nem com os textos, nem com os documentos impressos, nem com os “relatos”², nem com as correspondências, nem com os diários, e nem mesmo com as autobiografias. É difícil em sua materialidade. Porquanto desmesurado, invasivo como as marés de equinócios, as avalanchas ou as inundações. A comparação com fluxos naturais e imprevisíveis está longe de ser fortuita; quem trabalha em arquivos se surpreende muitas vezes falando dessa viagem em termos de mergulho, de imersão, e até de afogamento... o mar se faz presente; aliás, repertoriado em inventários, o arquivo permite essas evocações marinhas na medida em que se subdivide em fundos; é o nome

2. Os “relatos” são folhas soltas impressas, difundidas no século XVIII, que narrram fatos do dia a dia, prodígios, curiosidades diversas.

que se dá a esses conjuntos de documentos, ou homogêneos pela natureza das peças que comportam, ou reunidos pelo simples fato de um dia terem sido doados ou legados por um particular que detinha sua propriedade. Fundos de arquivos numerosos e amplos, arrimados nos porões das bibliotecas, à imagem desses enormes bancos de rochedos chamados de “baixios” no Atlântico, e que só se mostram duas vezes por ano, nas grandes marés. Fundos de arquivos cuja definição científica felizmente não esgota nem seus mistérios nem sua profundidade: “Conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas formas ou seu suporte material, cujo crescimento se deu de maneira orgânica, automática, no exercício das atividades de uma pessoa física ou jurídica, privada ou pública, e cuja conservação respeita esse crescimento sem jamais desmembrá-lo”³.

Nas bibliotecas, os funcionários (conservadores e arquivistas) não se perdem no mar; referem-se a ele em número de quilômetros de estantes que ocupa. É uma outra forma de gigantismo ou um jeito astucioso de domá-lo que já sinaliza a utopia presente na vontade de um dia apossar-se dele exaustivamente. A metáfora do sistema métrico cria o paradoxo: disposto ao longo das prateleiras, medido em metros de fita como nossas estradas, ele parece infinito, talvez até indecifrável. Seria possível ler uma estrada, ainda que ela fosse de papel?⁴

Desconcertante e colossal, o arquivo atrai mesmo assim. Abre-se brutalmente para um mundo desconhecido

3. J. André, “De la preuve à l’histoire, les archives en France”, *Traverses*, n. 36, jan. 1986, p. 29.

4. Nos Arquivos da França, em 1980, observava-se um crescimento de 75 km ao ano. Cf. J. André, *op. cit.*, p. 27.

em que os rejeitados, os miseráveis e os bandidos fazem a sua parte em uma sociedade vigorosa e instável. Sua leitura provoca de imediato um efeito de real que nenhum impresso, por mais original que seja, pode suscitar. O impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão. Sua ordem e sua estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos. Oficial, ficcional, polêmico ou clandestino, difunde-se a grande velocidade no Século das Luzes, rompendo as barreiras sociais, muitas vezes perseguido pelo poder real e seu serviço de livreria⁵. Disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e mais evidente é a de ser lido pelos outros.

Nada a ver com o arquivo; vestígio bruto de vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão. Fossem vítimas, querelantes, suspeitos ou delinquentes, nenhum deles se imaginava nessa situação de ter de explicar, reclamar, justificar-se diante de uma polícia pouco afável. Suas palavras são consignadas uma vez ocorrido o fato, e ainda que, no momento, elas tenham uma estratégia, não obedecem à mesma operação intelectual que o impresso. Revelam o que jamais teria sido exposto não fosse a ocorrência de um fato social

5. Nos Arquivos da Bastilha são conservados os incontáveis dossiês de impressores, vendedores ambulantes e empregados de livrarias presos por terem fabricado e vendido panfletos e libelos.

perturbador. De certo modo, revelam um não dito. Na brevidade de um incidente que provocou a desordem, elas vêm explicar, comentar, relatar como “aquilo” pôde acontecer em suas vidas, entre vizinhança e trabalho, rua e escadas. Sequência curta em que, a propósito de uma lesão, de um tumulto ou de um roubo, se erigem personagens, silhuetas barrocas e claudicantes, cujos hábitos e defeitos logo se fica conhecendo, e cujas boas intenções e formas de vida às vezes são detalhados.

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico, onde o importante para a administração é saber quem são os responsáveis e como puni-los. Perguntas e respostas se sucedem; cada queixa, cada auto é uma cena na qual se diz aquilo que normalmente não vale a pena ser dito. E menos ainda escrito; os pobres não escrevem, ou muito pouco, sua biografia (o arquivo judiciário, domínio do pequeno delito antes de ser o do grande crime, mais raro, guarda mais incidentes de pouca importância do que assassinatos graves, e exhibe a cada página a vida dos mais carentes).

Esse tipo de arquivo foi comparado algumas vezes com “notas”, essas pequenas matérias jornalísticas destacadas por meio de fios que informam sobre aspectos insólitos da vida das pessoas. O arquivo não é uma nota; não foi composto para surpreender, agradecer ou informar, mas para servir a uma polícia que vigia e reprime. É a coleta de

palavras (falsificada ou não, verídica ou não – esse é um outro problema), cujos autores, coagidos pelo fato, jamais imaginaram que pronunciariam um dia. É nesse sentido que ele obriga a leitura, “cativa” o leitor, produz nele a sensação de finalmente captar o real. E não mais de examiná-lo através *do relato sobre, do discurso de*.

Nasce assim o sentimento ingênuo, porém profundo, de romper um véu, de atravessar a opacidade do saber e de chegar, como depois de uma longa viagem incerta, ao essencial dos seres e das coisas. O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte.

Diferente de qualquer outra, a fonte de interrogatórios e de testemunhos policiais parece realizar um milagre, o de ligar o passado ao presente; ao descobri-la, tem-se a impressão de não estar mais trabalhando com os mortos (a história, evidentemente, é antes de tudo um encontro com a morte), e de que a matéria é tão sutil que requer ao mesmo tempo a afetividade e a inteligência. É uma sensação estranha esse súbito encontro com existências desconhecidas, acidentadas e plenas, que misturam, como que para complicar mais, o próximo (muito próximo) e o distante, o defunto.

Alguém dirá que a descoberta de uma autobiografia ou de um diário íntimo pode criar efeitos comparáveis, mas há ainda uma grande diferença. O caderno mais íntimo, largado em um canto de sótão e encontrado alguns séculos depois, sugere que, apesar de tudo, quem o escre-

veu pretendia de algum modo ser descoberto e acreditava que os acontecimentos de sua vida tinham de ser redigidos⁶. O arquivo não tem absolutamente esse caráter: a testemunha, o vizinho, o ladrão, o traidor e o rebelde não queriam registro; outras necessidades fizeram com que suas palavras, seus atos e seus pensamentos fossem consignados. Isso muda tudo, não apenas o conteúdo do que é escrito, mas também a relação com ele, sobretudo a relação com o efeito de real, mais persistente e tenaz, para não dizer mais invasivo.

Uma Manhã na Biblioteca do Arsenal

Pano sob os dedos: rude suavidade não habitual para mãos acostumadas até agora ao frio do arquivo. Pano branco e sólido infiltrado entre duas folhas, recoberto por uma letra bonita e firme: é uma carta. Deduz-se que se trata de um prisioneiro da Bastilha, encarcerado há muito tempo. Ele escreve à sua mulher uma missiva suplicante e afetuosas. Aproveita o envio de suas roupas à lavanderia para introduzir entre elas essa mensagem. Ansioso pelo resultado, pede à sua lavadeira que, em resposta, faça a gentileza de bordar uma cruzinha azul em uma de suas meias limpas; esse será para ele o sinal tranquilizador de que seu bilhete de tecido foi devidamente recebido por sua esposa. Encontrado em arquivo, o pedaço de pano diz por si só que evidentemente não houve cruzinha azul bordada na meia limpa do prisioneiro...⁷

6. Ph. Lejeune, *Le pacte autobiographique*, Paris, Éditions du Seuil, 1975.

7. Biblioteca do Arsenal (adiante B. A.), Arquivos da Bastilha (adiante A. B.), 12057, 8 jul. 1759.

Um dossiê levemente inflado: abri-lo com cuidado; pendurado com um alfinete no alto de uma página, um saquinho minúsculo de pano grosseiro, contendo uma matéria não identificável à primeira vista. Acompanha o conjunto uma carta de um médico do campo relatando à Sociedade Real de Medicina que conhece uma moça, sincera e virtuosa, de cujos seios brotam todos os meses golfadas de grãos. O pequeno saco pendurado é a prova disso.

Abriu ou não o que jamais foi aberto em dois séculos. Abrir com precaução, retirar o alfinete espesso que cavou dois grandes buracos na sarja, um pouco manchados de ferrugem. Melhor assim, será mais fácil fechar de novo o saco exatamente como antes, ajustando o alfinete aos seus vestígios. Alguns grãos escapam, dourados como no primeiro dia; esparramam-se sobre o arquivo amarelado. Breve raio de sol. Talvez fosse realmente um pouco dessa jovem em flor em que acreditava seu médico. Jogo de metáforas, mas também poder surpreendente desses grãos intactos, tão reais quanto imateriais, supostamente o fruto de um corpo e ao mesmo tempo uma das explicações científicas da menstruação⁸.

Nada melhor para descrever o efeito de real que se sente do que esses dois objetos encontrados ao acaso na consulta a dossiês. Sem falar das cartas de baralho, cujo verso serve às vezes para rabiscar contas ou anotar um endereço. Nem mesmo os desenhos, ou garranchos, nas

8. Bibliothèque de l'Académie de médecine, SRM 179, affaire Anne Barbaroux, 1785. Cf. também J.-P. Peter, "Entre femmes et médecins. Violences et singularités dans le discours du corps d'après les manuscrits médicaux de la fin du XVIII^e siècle", *Ethnologie française*, t. 6, n. 3-4, 1976.

margens de um ou outro auto, que testemunham momentos de devaneio de um escrivão pouco concentrado ou a pena distraída de um inspetor relendo seus papéis. Como se, desse mundo desaparecido, retornassem também vestígios materiais dos instantes mais íntimos e menos revelados de uma população às voltas com o assombro, a dor ou o fingimento. O arquivo petrifica esses momentos ao acaso e na desordem; aquele que o lê, que o toca ou que o descobre é sempre despertado primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real. Como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se tivesse conquistado o privilégio de “tocar o real”. Então, por que discursar, fornecer novas palavras para explicar aquilo que simplesmente já repousa sobre as folhas, ou entre elas?

A invasão dessas sensações dura pouco, como, aliás, ocorre com as miragens, pelo que se diz. Embora o real pareça estar ali, visível e palpável, na verdade só fala de si mesmo, e é ingenuidade acreditar que atingiu sua essência nesse ponto. O “retorno dos arquivos” às vezes é penoso: depois do prazer físico da descoberta do vestígio vem a dúvida mesclada à impotência de não saber o que fazer dele.

É verdade que a carta de pano é emocionalmente tocante e, sem dúvida, muitos museus ficariam felizes de expô-la em mostruário, mas não é isso o que importa. A questão reside na difícil interpretação de sua presença, na busca de seu significado, na localização de sua “reali-

9. Jargão de ofício que significa: voltar para casa depois de ter trabalhado na Biblioteca.

dade” em meio a sistemas de signos dos quais a história pode tentar ser a gramática. Os grãos ensolarados e as cartas de baralho são ao mesmo tempo tudo e nada. Tudo, porque surpreendem e desafiam o sentido; nada, porque são meros vestígios brutos que remetem apenas a eles mesmos, caso se atenha só a eles. Sua história existe apenas no momento em que são confrontados com certo tipo de indagações, e não no momento em que são recolhidos, por mais que isso cause alegria. Contudo, ninguém jamais esquece a cor dos grãos vislumbrados um dia, e nem as palavras de tecido...

Convenhamos: não é muito comum o trigo brotar num arquivo. Passada a surpresa, a monotonia dos fatos coletados prevalece sobre as descobertas. Uma vaga lassidão torna a leitura pesada. Evidentemente, nenhuma queixa é idêntica a outra, nenhum tumulto perturba a vizinhança da mesma maneira, mas os autos têm todos o mesmo formato, e os interrogatórios, à primeira vista, mais ou menos a mesma estrutura. Assim como as informações, a verificação¹⁰ das testemunhas, a sentença pronunciada: entre banimento temporário e três anos de galés, muitos bandidos ganham as ruas sem terem tido mais do alguns instantes para bradarem seu crime ou dizerem que jamais estiveram no lugar onde o agente de polícia os deteve.

Os registros de delinquentes ou de prisioneiros são pouco manuseáveis – é preciso apoiá-los em um suporte de madeira para consultá-los –, além de lacônicos: eles mantêm vivos, em incontáveis colunas, milhares de nomes desconhecidos, acompanhados de informações es-

10. Verificação: termo jurídico empregado no século XVIII que significa a convocação de testemunhas após interrogatório dos acusados.

cassas que em um primeiro momento não se sabe como tratar. Longe da precisão dos registros de hoje, eles oferecem apenas o esboço de um fichamento e de um controle ainda nos seus primórdios. São listas extensas e cansativas, geralmente redigidas por um mesmo escritor, às vezes interrompidas não se sabe por que e jamais retomadas, apesar de um título promissor indicando uma vasta cronologia que nunca será obedecida. Esses problemas de continuidade do arquivo judiciário não são fáceis de resolver, e as listas servem mais à história quantitativa do que à das mentalidades. Conta-se que um dia, para escapar do tédio, uma frequentadora assídua das salas de arquivos colocou em cada dedo um anel ou uma aliança, com o único objetivo de ver o brilho da luz enquanto suas mãos passavam e repassavam indefinidamente ao longo de altas páginas, para não perder o suco desse material que, em última análise, raramente é mudo, apesar de opaco.

O arquivo é abundante em personagens, mais que qualquer texto ou que qualquer romance. Esse aglomerado incomum de homens e mulheres, cujo anonimato não diminui em nada com a revelação de seus nomes, reforça no leitor uma impressão de isolamento. O arquivo impõe logo de início uma enorme contradição; ao mesmo tempo em que invade e imerge, ele conduz, por sua desmesura, à solidão. Uma solidão em que pululam tantos seres "vivos" que parece quase impossível dar conta deles, ou seja, fazer sua história. Milhares de vestígios... é o sonho de todo pesquisador (pensemos um único instante nos historiadores da Antiguidade, por exemplo). Sua abundância seduz e incita, ao mesmo tempo em que mantém o leitor em uma espécie de inibição.

O que quer dizer exatamente: dispor de inúmeras fontes, e como conseguir tirar do esquecimento existências que jamais foram lembradas, nem mesmo em vida (a não ser eventualmente para serem punidas ou admoestadas)? Se a história é ressurreição intacta do passado, a tarefa é impossível; porém, esse aglomerado persistente parece uma súplica. Diante dela, talvez se esteja tão sozinho como o indivíduo diante da multidão; sozinho e um pouco fascinado. Porque se pressente ao mesmo tempo a força do conteúdo e a impossibilidade de decifrá-lo, a ilusão de restitui-lo.

A tensão se organiza – em geral de modo conflituoso – entre a paixão de recolhê-lo inteiro, de oferecê-lo integralmente à leitura, de jogar com seu lado espetacular e com seu conteúdo ilimitado, e a razão, que exige que ele seja habilmente questionado para adquirir sentido. É entre paixão e razão que se decide escrever a história a partir dele. Ambos lado a lado, sem que um jamais supere o outro ou o sufoque, e sem jamais se confundirem ou se justaporem, mas imbricando seu caminho até que não se coloque mais a questão de ter de distingui-los.

Consideremos por ora que o arquivo encontra-se sobre a mesa da biblioteca, depositado pelo funcionário no estado em que foi recolhido e classificado, e portanto disponível para ser manipulado por mãos desejosas de consultá-lo. Esse é de longe o caso mais frequente, visto que a automação avança a passos lentos na França.

Os manuscritos do século XVIII, extremamente frágeis, não podem ser fotocopiados, e a modernidade os retém apenas através de microfilmes ou microfichas, indispensáveis mas lesivos para os olhos. Examinar o arquivo, folheá-lo, ir de trás para frente torna-se impossível agora com essa

técnica impiedosa que modifica sensivelmente sua leitura, e portanto sua interpretação. Úteis para a conservação, esses sistemas de reprodução do arquivo permitem evidentemente outras maneiras fecundas de colocar questões aos textos, mas farão com que alguns esqueçam a abordagem tátil e imediata do material, essa sensação preensível de vestígios do passado. O arquivo manuscrito é um material vivo, enquanto sua reprodução microfilmada é um pouco letra morta, ainda que se revele necessária.

Ler o arquivo é uma coisa; encontrar o meio de retê-lo é outra. Pode parecer estranho afirmar que as horas passadas na biblioteca consultando o arquivo são horas passadas copiando-o, sem mudar nenhuma palavra. No fim do dia, após esse exercício banal e estranho, muitas vezes se questiona sobre essa ocupação industriosa e obsessiva. Tempo perdido ou meio utópico de reencontrá-lo, custe o que custar? Tempo que lembra um pouco os outonos da infância e da escola primária, passados entre folhas mortas, copiando palavras ou ditados que o professor julgava na mesma manhã como extremamente mal feitos. É isso, mas é também uma outra coisa indefinível; trata-se de um espaço situado entre a aprendizagem infantil da escrita e o exercício maduro de beneditinos aplicados, cuja vida é devotada a copiar textos. Nos tempos da informática, basta revelar esse gesto de copiar para ele ser taxado imediatamente de imbecilidade. De resto, talvez seja mesmo: há sem dúvida uma certa imbecilidade em apenas copiar, ao invés de tomar notas ou simplesmente resumir a ideia principal de um documento. Imbecilidade aliada à obstinação inquebrantável, para não dizer maníaca e arrogante, a menos que se considere esse desenho absoluto de palavras como uma necessidade, um meio privilegiado de

conviver e de provar a diferença. Pode-se ouvir a voz da razão, repetir para si mesmo que é perfeitamente possível conhecer Diderot sem jamais sentir necessidade de copiá-lo; porém, diante do arquivo manuscrito há uma urgência, a de introduzir-se pelo gesto na torrente inconstante de frases, na sequência irregular de perguntas e respostas, na anarquia de palavras. Introduzir-se, mas também se deixar levar, entre familiaridade e expatriação.

O sabor do arquivo passa por esse gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo. Como se a mão, ao fazê-lo, permitisse ao espírito ser simultaneamente cúmplice e estranho ao tempo e a essas mulheres e homens que vão se revelando. Como se a mão, ao reproduzir à sua maneira o formato de sílabas e de palavras de outrora, conservando a sintaxe daquele século, penetrasse no tempo com mais audácia do que por meio de notas refletidas, em que a inteligência teria selecionado previamente o que lhe parecesse indispensável, deixando de lado o excedente do arquivo. Esse gesto de aproximação se impôs a tal ponto em que não se distingue mais do resto do trabalho. O arquivo copiado à mão em uma página em branco é um fragmento de tempo capturado; só mais tarde separaram-se os temas, formulam-se interpretações. Isso toma muito tempo e às vezes faz mal ao ombro, provocando estiramento no pescoço; mas ajuda a descobrir o sentido.

Na Porta de Entrada



Na porta de entrada, um painel indica os horários de abertura e fechamento da biblioteca; não dá para saber que eles não coincidem necessariamente com os de consulta a documentos; abaixo, lê-se a lista de feriados, assim como dos dias em que ficará fechada emendando antes ou depois com o fim de semana. A inscrição é longa, datilografada sem estilo, em uma folha simples com o timbre do Ministério da Cultura, e afixada tão discretamente que é muito difícil perceber no primeiro olhar. É exatamente o que acontece com o leitor; ao empurrar a porta pesada, ele ainda não tinha se dado conta de que faltavam dez minutos para o encerramento das consultas a arquivos na parte da manhã. Isso não o perturba; saindo do metrô tinha dado uma olhada em volta e localizara o café mais próximo, onde poderá fazer uma pausa.

O edifício é majestoso, a escada de pedra bastante cômoda: largos degraus ajustados ao ritmo da subida, e a rampa suave que termina em uma falsa bola de cristal, abusivamen-

te pendurada à direita. No saguão, o busto de um desconhecido; o nome gravado embaixo não lhe acrescenta nada. Ele imagina que se trate de um conservador erudito, ou talvez de um doador mecenas, e segue em frente. Grandes pinturas murais, vagamente bucólicas, claramente acadêmicas, escurecem os corredores contíguos. Está fresco; apesar da temperatura amena lá fora, o ar é ao mesmo tempo frio e úmido, de fazer encolher longamente os ombros. Diante dele, portas fechadas; ainda que impenetráveis, elas escavam as paredes com sua promessa de dar acesso a uma sala de leitura. Nada induz a empurrar uma e não outra. É nesse momento que ele começa a ficar meio apreensivo. Nota-se que hesita, se intimida um pouco, assume uma falsa aparência de saber. Já não está tão sereno como na chegada, depois de cruzar com várias pessoas cujo aspecto não deixa dúvidas. São leitores, com passos regulares e rápidos, que ocupam o espaço sem alarde, mas com a naturalidade característica daqueles que há muito tempo se tornaram coniventes com esse tipo de covil. Alguém passa por ele, o braço esquerdo carregando uma pasta de couro, e o outro dobrado sobre um dossiê que devia ser laranja. É uma sorte inesperada: segue seus passos e a partir desse instante afeta uma expressão mais desligada. Percorre um primeiro corredor, atravessa um espaço vazio, vê o nome de uma sala inscrito no alto de uma porta, olha distraidamente a copa das árvores pela janela, entra em uma vasta antessala mobiliada com três banquetas de veludo gasto e dois mostruários contendo medalhas antigas. À direita, uma porta entreaberta permite ver longas prateleiras pretas onde se amontoam milhares de caixas de papelão, como à véspera de uma mudança ou no dia seguinte a uma debacle. Segue com diligência aquele que, gentilmente, segura a porta para ele, apesar das mãos carregadas. Trans-

posta a última passagem, uma baforada de calor diz tudo: ele acaba de entrar na sala de leitura.



O lugar número 1 é de longe o melhor de toda a sala; perto da janela alta, é bem iluminado: à esquerda, nenhum vizinho, pois o corredor de circulação convida ao espaço, principalmente a deixar o cotovelo flutuar tranquilamente. Uma vez instalado, descobre-se uma bela vista para a sala e para a estreita sacada de madeira com uma balaustrada que se projeta sobre ela a meia altura. Toda manhã, às 10 horas, há pelo menos dois que já decidiram que o lugar será seu. Assim, engendra-se permanentemente uma pequena guerra, muda, invisível, mas obstinada. Para vencê-la, basta chegar primeiro ao corredor de entrada, e não se desviar por nenhum movimento que permita ao outro, num instante de distração, passar à frente. Ninguém pode conceber que se trata de fato de um combate impiedoso, e que um bom lugar na sala de arquivos é um dos bens mais preciosos que existem. Para obter esse benéfico lugar sem dificuldade e sem aparentar que está em luta, é preciso começar de bem cedo. Não se demorar demais no café da manhã, comprar o jornal sem parar para ler as manchetes, descer do metrô, o olhar atento, temeroso de reconhecer o intruso, seguir sem apressar o passo até a porta. Se, por azar, ele sair do mesmo vagão do metrô, jamais correr, e sequer cumprimentá-lo ou sorrir para ele, pois qualquer cumplicidade cria necessariamente compromissos indesejáveis. É preciso continuar seu caminho e, sorrateiramente, pegar a ruazinha pouco conhecida que permite chegar mais rápido ao objetivo. Quando as portas se abrirem, se estiverem lado a lado para subir os degraus, é necessário assumir um ar indiferente de quem sabe com toda evidência que tem direito ao

lugar número 1. O outro, diante dessa notável segurança, ficará com o 2, bem ao lado; ou, melhor ainda, com o 16, exatamente em frente ao 1, e portanto bem iluminado, uma bela vista oposta, etc., e com a terrível vantagem de poder, a partir dali, pousar seus olhos enfurecidos sobre o detentor do número 1. É um face a face insuportável para o vencedor, sempre um pouco encabulado por ter obtido uma vitória tão insignificante. Não há trégua nessa competição que se torna a cada dia mais encarniçada; mas há também certas manhãs em que se está mais cansado do que nas outras, e em que se sinaliza a derrota desde que põe os pés no chão. Assim, dá até para devanear diante da xícara de chá, ou tomar um longo banho de espuma tagarelando com a gata, esboçar três passos de ginástica diante de uma janela semiaberta. A guerra está perdida, pois, a essa hora, o outro já está no lugar número 1; basta transformar a derrota em indiferença, ou então convertê-la em mais uma vitória. Tudo depende da forma, da mesma maneira que hoje a chaleira despejou, ou não, seu conteúdo na xícara sem inundar tudo à sua volta. Nesse caso, pode-se gastar o máximo de tempo, ouvir os noticiários até a meteorologia, descer a avenida acariciando todos os cães, ao invés de ficar resmungando por ter que desviar de seus vestígios. A saída do metrô parece uma manhã em Austerlitz: são dez e meia, e não há mais ninguém na porta. A entrada na sala de leitura será triunfal: o 1 está ali, irritado porque não teve de combater nessa manhã. Resta passar por ele displicentemente, roçando-o de leve, os olhos perdidos na linha dos livros do fundo, e ir se afastando com naturalidade para o lado oposto da sala, atrás dele, lugar 37. Um olhar furtivo de esguealha deixa entrever a nuca do 1 que acaba de se crispar imperceptivelmente. É normal, o 37 é um lugar tão agradável...

PERCURSOS E PRESENÇAS



Privilegiar o arquivo judiciário supõe uma escolha e determina um itinerário; não é muito natural trabalhar só a partir dele e introduzi-lo no debate histórico tomando-o como principal interlocutor. Por que esconder isso? Há, evidentemente, algo de um pouco trivial em se obstinar anos a fio buscando uma quantidade sempre maior de informações concretas sobre a vida de pessoas de um século passado, no mesmo momento em que se organizam de forma cada vez mais elaborada novas maneiras de pensar a história. Mas não se pode esquecer o quanto o arquivo judiciário permitiu entradas em cena espetaculares.

A Cidade Atenta

Primeiro, eis a cidade, Paris, tal como um personagem, residindo inteiramente nos atores que a habitam e a amoldam,

feita de modos de sociabilidade que condizem com seu aspecto desganhado e seus prédios sem segredo.

Inundada de gente, atenta ao menor fato, ela é sacudida mais do que o normal pela onda de notícias e rumores que a invadem todos os dias. Quando atingida por intempéries ou acidentes, defende-se com energia contra as agressões. Naturalmente sensível aos eventos coletivos que pontuam seu calendário, presta-se de boa vontade ou com indiferença, conforme o caso, à “alegria deliberada” das festas da realeza e dos fogos de artifício. Com toda minúcia de seus regulamentos, os relatórios policiais a descrevem ora inquieta, ora febril ou ainda suplicante; mostram-na também impassível ou enfurecida, reagindo com tenacidade e vigor a tudo o que acontece.

A cidade não dorme, está sempre à espreita: dispõe de todos os meios para manifestar sua opinião, boa ou ruim, sobre o que a vida lhe impõe, pois ela dá medo. Dá medo às pessoas de bem, aos viajantes, à polícia e mesmo ao rei, e guarda mistérios suficientes para produzir uma infinidade de registros policiais ao longo do século XVIII que tentam não deixar escapar nada de sua obscuridade. Seja por esse material imponente, seja por crônicas de Louis-Sébastien Mercier¹ ou relatos de Nicolas Rétif de La Bretonne², ela se mostra esquiva, ainda que estritamente vigiada por uma administração que a deseja cristalina e dócil. No entanto, ela é opaca e inquieta, e é justamente sua desordem que se descobre primeiro por trás da monotonia de regulamentos incansavelmente reiterados, mês após mês, e raramente obedecidos; a cidade ouve mal, e as ordens

1. L.-S. Mercier, *Tableau de Paris*, Amsterdam, 1782, 12 vol.

2. N. Rétif de La Bretonne, *Les nuits de Paris*, 2 vol., Paris, 1930.

vindas de cima não têm poder sobre seu tumulto bem-humorado ou sarcástico. O arquivo policial a desnuda, recalcitrante na maior parte do tempo, submissa às vezes, mas sempre mudando, quando o sonho da polícia seria imobilizá-la definitivamente.

O arquivo, de algum modo, capta a cidade em flagrante delito: a driblar a ordem, por exemplo, rejeitando a utopia dos policiais ou decidindo, conforme os eventos, aclamar ou hostilizar seus reis, e se sublevando no caso de se sentir ameaçada. Ao ler os registros policiais, constata-se a que ponto a rebelião, o desafio ou mesmo a revolta são fatos sociais corriqueiros que a cidade sabe como administrar, como provocar, assim como reconhece facilmente seus primeiros sinais.

O Povo em Palavras

Eis agora o povo que se apresenta com seus múltiplos rostos: eles são recortados da multidão, sombras chinesas nos muros da cidade. O arquivo nasce da desordem, por menor que seja; arranca da obscuridade longas listas de seres ofegantes, desarticulados, intimados a se explicar perante a justiça.

Mendigos, desocupados, dolentes, ladras ou sedutores agressivos emergem um dia da multidão compacta, fisgados pelo poder que os perseguiu em meio à sua agitação habitual, ou porque estavam onde não deviam, ou porque eles próprios decidiram transgredir e chamar a atenção, ou talvez ser nomeados, enfim, diante do poder³. Os fragmentos

3. A. Farge, M. Foucault, *Le désordre des familles, les lettres de cachet des Archives de la Bastille*, Paris, Gallimard, 1982.

de vida que jazem ali são breves, mas mesmo assim impressionam: espremidos entre as poucas palavras que os definem e a violência que, de uma hora para outra, os faz existir para nós, eles preenchem registros e documentos com sua presença. Quando há processos e depois sentenças, estas procuram ser lacônicas: “galés um tempo”, “suspeito de sedição”, “enviado à prisão”⁴; elas revelam não o que está por trás da situação, mas cenas familiares da vida urbana em que a ordem e a desordem muitas vezes se confundem, antes mesmo de se confrontarem.

Em geral, o arquivo não pinta os homens por inteiro; ele os arrebatava de sua vida cotidiana, cristaliza-os em algumas queixas ou em denegações lamentáveis, espetados como borboletas de asas vibrantes, mesmo quando são anuentes. Anuentes que reclamam, em palavras canhestras e tímidas, e cuja aparente segurança oculta um pânico infantil. A menos que sejam safados e respondões, ou, pior ainda, gozadores e mentirosos desavergonhados.

O arquivo mexe de imediato com a verdade e com o real: ele impressiona também por essa posição ambígua em que, ao se desvendar um drama, erigem-se atores que caíram na rede, cujas palavras ali transcritas talvez encerrem mais intensidade do que verdade. A negativa, a confissão, a obstinação e o desespero se mesclam indissociavelmente, mas nem por isso se pode preservar da intensidade que essa explosão de vida provoca. Esse traçado incerto do arquivo, tão prenhe de real apesar de suas possíveis mentiras, induz a reflexão.

4. São as denominações das penas sofridas no século XVIII, às quais se pode acrescentar a do pelourinho, assim como a do banimento, que obriga o delinquente a deixar sua província.

Evidentemente, pode-se considerar a possibilidade de trabalhar o arquivo em suas informações palpáveis e seguras, o que é mais comum. As listas de prisioneiros, os registros de condenados às galés constituem uma população à parte, que pode servir de base a uma pesquisa. É plenamente legítimo e relevante deter-se por muito tempo em uma categoria particular de delinquentes – ladrões ou assassinos, contrabandistas ou infanticidas –, dado que essa investigação informa tanto a respeito deles quanto da sociedade que os condena. O desvio e a marginalidade dizem muito sobre a norma e sobre o poder político, e cada tipo de delito reflete um aspecto da sociedade.

Contudo, essa maneira de ler os documentos pela confiabilidade de informações palpáveis destitui de sentido tudo o que não é devidamente “verdadeiro”, verificável, e que no entanto foi notificado: são essas poucas frases transcritas, tiradas de interrogatórios e de testemunhos; aquelas que não se pode nem contabilizar nem classificar, mas que foram ditas um dia e constituíram um discurso – por mais mirrado que seja –, no qual estava em jogo um destino. Esse discurso precariamente elaborado, verdadeiro ou falso, esse destino suspenso produzem emoção, e com isso forçam a inteligência a decifrá-los mais profundamente no coração daqueles que os autorizaram e produziram.

No discurso, vidas são postas em jogo em algumas frases, e é por meio das palavras que se assume o risco da vitória ou da derrota. O importante aqui não é mais saber se os fatos relatados ocorreram exatamente dessa maneira, mas entender como se articulou a narrativa entre um poder que obriga a isso, um desejo de convencer e o uso

de palavras que se pode tentar descobrir se foram empregadas ou não de modelos culturais locais⁵.

A expressão que se retém está contida na essência do sistema político e policial do século XVIII que a governa e a produz. Ela mostra a consequência de sua origem, e só existe, evidentemente, porque uma prática específica de poder a engendrou. No enunciado das respostas ou nas explicações verbais apresentadas, esboça-se antes de tudo a maneira como comportamentos pessoais e coletivos se imbricam (bem ou mal) nas condições estabelecidas pelo poder. Esses trajetos frágeis, relatados em poucas palavras por mulheres e homens, e que oscilam entre mediocridade e genialidade, expõem o funcionamento dos ajustes necessários entre eles, o grupo social e o poder. Naturalmente, há mil maneiras de responder quando se é interrogado: todas revelam que o abrigo precário, proporcionado pelas palavras com as quais cada um constrói sua defesa, se organiza necessariamente entre as estruturas de poder existentes e os hábitos contemporâneos de explicação e de descrição de fatos. No momento necessário, com pavor ou resignação, essas vidas nem grandes nem pequenas, que se veem frente a frente com a história por meio do universo policial, inventam respostas enigmáticas ou incisivas, frutos de sua improvável inserção no sistema social.

Esses discursos inacabados, que o poder obriga a formular, são um dos elementos da sociedade, um dos pontos que a caracterizam. Que seja preciso se exprimir, confessar-se ou não, em função de um poder com o qual se entra em choque, contra o qual se debate, para não ser

5. N. Z. Davis, *Pour sauver sa vie. Les récits du pardon au XVI^e siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 1988.

preso, é uma ocorrência que marca os destinos singulares. Assim, mesmo que o discurso feito seja confuso, misturando a verdade com a mentira, o ódio com a astúcia, a submissão com o desafio, isso não o compromete em sua "verdade". Talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor o *Falar* do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las. O que vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição em um determinado momento histórico, produzem sentido. É sobre sua aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo.

Por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades. Para isso, apropria-se, de forma bem-sucedida ou não, do vocabulário dominante, e tenta ser ao mesmo tempo o eco inteligível daquilo que pode permitir que o considerem inocente ou o menos culpado possível.

No arquivo, o relevo se organiza, basta saber lê-lo; e perceber que existe produção de sentido nesse lugar, mesmo onde as vidas colidem com o poder sem que tenham optado por isso. É preciso ordenar pacientemente essas situações trazidas à luz por esse choque súbito, demarcar as discontinuidades e as distâncias. O real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas também ordenação de figuras da realidade; e o arquivo sempre mantém infinitas relações com o real.

Nesse exercício complexo, em que aparecem rostos – mesmo que sejam apenas esboços –, insinuam-se igualmente a fábula e a fabulação, e talvez a capacidade de um ou de outro de transformar tudo em lenda, de criar uma história ou de fazer de sua vida uma ficção. O arquivo também informa sobre essa transformação, e os modelos que se adotam, uma vez identificados, acrescentam mais sentido. Narrativa e ficção se entrelaçam; a trama é densa e não se deixa ler tão facilmente.

Pode-se examiná-lo sem pressa e dissecá-lo meticulosamente: mas resta ainda uma outra coisa, algo que não tem nome e que a experiência científica não consegue explicar. Aliás, nem acha que é seu papel explicá-la, embora esteja diante dela. Trata-se, evidentemente, desse adicional de vida que inunda o arquivo e instiga o leitor no que ele tem de mais íntimo. O arquivo é excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o assombro e um certo abalo emocional. Esse lugar é secreto, diferente para cada um, porém, em todo itinerário ocorrem encontros que facilitam o acesso a ele e, sobretudo, à sua expressão. Michel Foucault foi um desses encontros, simples e ao mesmo tempo desconcertante. Ele amava o manuscrito e o arquivo, e chegou a descrever como esses textos de poucos recursos o impressionavam: “Sem dúvida, uma dessas impressões que chamam de ‘físicas’, como se pudesse haver outras”⁶. Comovido, ele sabia que a análise não podia dizer tudo, mas também que a emoção expressada não satisfazia os historiadores, e mesmo assim não descartava essa forma de apreensão do documento tão

6. M. Foucault, “La vie des hommes infâmes”, *Cahiers du Chemin*, n. 29, 15 jan. 1977, p. 13.

legítima quanto outras e que poucos conheciam: “Confesso que essas ‘notícias’ que surgem de repente rompendo dois séculos e meio de silêncio mexeram mais com meus nervos do que aquilo que se costuma chamar de literatura [...] se as utilizei foi sem dúvida por causa dessa vibração que sinto quando me ocorre de encontrar essas vidas ínfimas que viraram cinzas nas poucas frases que as abateram”⁷.

Quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio.

Presença Dela

A cidade de Paris, o povo e depois rostos surgem do arquivo; simultaneamente, no grafismo de palavras, aparece com nitidez aquela de quem não se falava por se acreditar que estava sempre subentendida: a mulher. A neutralidade do gênero se rompe e revela cruamente o jogo de diferenciações sexuais, ainda que isso não fosse uma preocupação.

O arquivo fala “dela” e a faz falar. Motivada pela urgência, eis que se impõe um primeiro gesto: recuperá-la como quem recolhe uma espécie extinta, uma flora desconhecida, fazer seu retrato como quem repara um esquecimento, denunciar seu vestígio como quem exhibe uma morta. Gesto útil do colecionador, mas um gesto incompleto; tornar visível a mulher quando a história se abstinha de vê-la impõe um corolário: trabalhar sobre a relação entre os sexos, fazer dessa relação um objeto da história.

7. M. Foucault, *op. cit.*

Na cidade do século XVIII, a mulher está surpreendentemente presente: ela trabalha, se desloca e participa de forma espontânea e natural do conjunto das atividades urbanas. Localizá-la é a coisa mais fácil do mundo, pois os edifícios, os mercados, as feiras e as margens do Sena estão permanentemente ocupados por ela. Geralmente migrante, como o homem, ela vem do campo, sozinha ou acompanhada, e procura se estabelecer tomando conta da cidade e seus bairros.

É preciso encontrar uma moradia, assim como um trabalho, e o arquivo a acompanha em suas peregrinações. Um incidente de rua, o roubo de uma banca, uma carroça virada ou uma mordida de cachorro já são o bastante para colocá-la em cena nos autos e nos depoimentos; assim, ela pode ser vista em ação no interior de uma sociabilidade feita tanto de promiscuidades difíceis quanto de solidariedades eficazes. O arquivo é suficientemente claro e fecundo para permitir que se vá além de uma “reprodução” cristalizada de sua pessoa que a petrifique em seus gestos e em suas vestes, como uma gravura de época. O arquivo, aos pouquinhos, oferece um esboço vivo, no qual ela se revela tal como é, ou seja, às voltas com os imprevistos da vida social e política.

Naturalmente, os manuscritos informam antes de tudo sobre suas funções ditas mais tradicionais: promessas de casamento, moças seduzidas e abandonadas, certidões de filhos enjeitados, brigas conjugais, arquivos escolares a interceptam em meio a seus conflitos e seus desejos, às vezes sacudida pela violência do tempo, pela agressividade masculina, pela miséria gritante e pelo simples prazer de encontros que depois acabam decepcionando. Mas o arquivo ainda tem a vantagem de surpreendê-la não apenas

em seus estados, mas também em seus gestos prestes a se realizarem. Graças a ele, a mulher não é um objeto à parte, cujos hábitos e costumes se adoraria exhibir, mas um ser imerso de forma específica na vida social e política da época. Imersa no mundo masculino, dando sua contribuição a cada dia.

Ele permite superar uma das falhas que marcaram um pouco o início da "história das mulheres", já que é preciso chamá-la assim. Sua presença obrigatória nas pesquisas e nos trabalhos parecia mais um dado adicional do que uma investigação sobre sua maneira de interagir com o mundo à sua volta.

Por mais que descrevessem as mulheres, que dedicassem a elas um capítulo à parte em toda tese bem informada, não se explicava nada e dava-se a entender que, de todo modo, a história se passava em outro lugar e de outra maneira. As mulheres eram estudadas, sabia-se de sua existência, descreviam-se seus trabalhos, suas taxas de reprodução, suas doenças e seus infortúnios, mas elas nunca eram inseridas num acontecimento, qualquer que fosse.

O arquivo, tal como existe, não as isola, ao contrário; em meio a rixas e disputas, cenas de rua ou de prédios, no trabalho em oficinas ou em lojas, é fácil distingui-las, o que permite uma reflexão aprofundada sobre os papéis masculino e feminino.

Em primeiro lugar, intimadas a prestar esclarecimentos perante o comissário, elas não se expressam da mesma maneira que os homens, e respondem às perguntas utilizando estruturas de pensamento que lhes são próprias. As diferenças nem sempre são muito perceptíveis nesses interrogatórios em que as respostas são rigidamente direcionadas por um questionário monótono. Mas quan-

do elas vêm prestar queixa, ou quando escrevem uma petição, expressam seu sofrimento ou seu desgosto de um jeito que as distingue dos homens. Isso não significa que adotam meios supostamente tradicionais: a lamúria, o apelo emocional, a necessidade de compaixão são raros. Elas preferem falar alto e firme, agressivas e decididas, sem lançar mão de sua lendária fragilidade, e para convencer manipulam os detalhes de forma a quebrar o protocolo da narrativa, tornando-a ao mesmo mais acessível e mais familiar, embora mais entrecortada. A palavra feminina é sacudida pelo movimento, ritmada pela enumeração sucessiva e breve de sequências ocorridas, em que se percebe não apenas uma integração à vida coletiva, mas funções efetivas na cidade.

Graças a essas palavras arquivadas, descobre-se a convivência singular e eficaz que se estabelece entre a mulher e o meio em que vive: é por meio dela que o bairro se agita⁸ – por conta de rumores e de informações repassados por personagens cujos paradeiros e hábitos elas sempre conhecem. Descritos por elas, o prédio e o mercado parecem feitos de idas e vindas, de vadiagens e de emigração, como também de homens e mulheres de negócios que tiram dali lucro ou bem-estar, quando não cavam sua ruína. Além das estruturas fixas de comunidades de ofícios, existem redes de sociabilidade e de vizinhança nas quais as mulheres têm um papel central, pondo em funcionamento as solidariedades tradicionais ou semeando o espaço com divergências e conflitos que depois será preciso apaziguar.

8. R. Dekker, "Women in Revolt. Popular Protest and its Social Basis in Holland in the XVIIth and XVIIIth Century", *Theory and Society*, n. 16, 1987.

Quando o arquivo é menos pulverizado – isto é, quando as respostas aos interrogatórios formam pequenas narrativas – e por ele se reconstituem os fatos em que é possível refazer sua trajetória, as funções se definem, e o jogo do masculino e do feminino se corporifica diante dos olhos em toda sua complexidade. Ao invés de desmembrar a figura feminina em pedaços de descrições entrevistados aqui e ali, ela é arrancada do anonimato da multidão, perfilada em toda sua espessura. Com isso, desfazem-se muitos estereótipos, e se constituem e se organizam divisões de papéis, todas alternadamente inesperadas e contraditórias.

Várias cenas as tornam visíveis, sejam corriqueiras, repetitivas ou excepcionais. Por exemplo, uma espera extremamente longa no porto do Sena, onde são embarcadas para longe as crianças entregues a amassecas, surpreende-as em plena ação. Elas são vistas, assim como aquelas que furtivamente abandonam a criança recém-nascida na laje da igreja, cheias de boas intenções e dispostas a inúmeras iniciativas para proteger a criança. São reencontradas mais tarde (em geral bem mais tarde, pois algumas mães só conseguem recursos para financiar a viagem de seus filhos ao final de um ou dois anos) nesse mesmo porto, aguardando o retorno da chalana, à espreita de suas iniciais na roupa bordada que seu filho está vestindo, único sinal que pode ajudar a reconhecê-lo com toda segurança.

Quando das vistorias de oficiais de justiça e comissários encarregados de fazer apreensões em oficinas contraventoras, elas estão lá, na maioria das vezes sozinhas, em plena negociação e defendendo seus esposos sem nenhum constrangimento. O mesmo ocorre quando se trata

da companheira de um *chambrelan*⁹ descoberto pela polícia: elas defendem ferozmente as ferramentas e os bens dele, que habilmente desertou do lugar por um tempo.

Mulheres em cólera também, e determinadas a permanecer assim: em um povoado próximo a Paris, debulhado ao longo de uma colina, os coletores de impostos vieram recolher o dinheiro devido; chegam a cavalo, surpresos por não verem nenhuma fumaça escapando das chaminés. O povoado se finge de morto, está vazio de habitantes. Na curva do caminho que dá acesso a ele, um pouco abaixo, avista-se um grupo: em silêncio, as mulheres e as crianças estão reunidas, imóveis, petrificadas como insetos que se confundem com o galho. Interpeladas de longe, elas gritam que estão sozinhas, e que os coletores devem seguir em frente. O que eles fazem sem hesitação, porém olhando para trás três ou quatro vezes quando se sentem seguidos por elas, ameaçadoras munidas de forquilhas, as crianças sem protesto deixadas na retaguarda. Mais tarde, ao cair da noite, elas chamarão seus homens, escondidos lá em cima nas matas ainda não desbravadas¹⁰.

Elas conhecem seus poderes, e o arquivo as evoca fazendo uso desse saber e se introduzindo habilmente por momentos em papéis esperados para defender seus bens ou seu lar. Com convicção e sem preguiça. Com senso político. Outras cenas as descrevem em outros lugares e em outras circunstâncias, mais íntimas, que jogam contra elas os trunfos de sua sedução: a violência das agressões,

9. Operário que trabalha em casa por conta própria e que não faz parte de uma comunidade de ofício. Essa é uma atividade marginal severamente reprimida pela polícia do trabalho.

10. 20. A. N., AD III 7, 16 out. 1749 em Saint-Arnoult (eleição de Beauvais).

a submissão obrigatória fazem parte de seu cotidiano; e a avidez ideológica desses últimos anos que as vê mais autônomas que dependentes não deve mascarar esses traços. O discurso sustentado sobre elas pelos homens da época é um discurso mordaz; a literatura popular da época está repleta de descrições furibundas em que mulher e ódio à mulher se confundem¹¹. Na boca de testemunhas ou de suspeitos, o arquivo, aqui e ali, retoma essas requisições em que a mulher tem cara de desgraça, de destruição e de morte devoradora. O arquivo não é simples: sua leitura contraditória conduz o leitor lá para onde operam sistemas de compensações recíprocas, e onde se determinam atitudes ambíguas, onde se desvenda o funcionamento do confronto do masculino e do feminino. Se existe algo “real” nesse caso, está justamente nessa pluralidade de maneiras de fazer, onde a desordem é apenas aparente. Então se descobrem pacientemente condutas femininas pensadas, pactuando ou não com outras condutas, masculinas desta vez, e cujo raciocínio se apoia, entre outras coisas, em certas formas de apropriação do poder.

A cena política oficial não pertence às mulheres; porém, no século XVIII, elas não a abandonam nem um instante. O arquivo, novamente, surpreende; em todas as emoções populares, de pequena e de grande amplitude, elas estão lá e participam desde o início da ação. Não apenas incitam o homem a se comover, como estão no meio da multidão, com bastões e cajados, e enfrentam a polícia ou os soldados com sua rudeza. Os homens, en-

11. Os textos da *Bibliothèque bleue*, por exemplo, contêm numerosos ataques contra as mulheres. Cf. A. Farge, *Le miroir des femmes, textes de la Bibliothèque bleue*, Paris, Éditions Montalba, 1982.

tão, não se surpreendem; alguns inclusive as empurram para a frente, ou as encorajam a gritar do alto das janelas, pois conhecem a força delas e o hábito das autoridades de poupá-las ou de só aplicar-lhes pequenas punições. Cruéis, também, são vistas às vezes atacando suas vítimas; aliás, sobre esses detalhes mórbidos, os cronistas são inesgotáveis, atribuindo, sem dúvida, à mulher a violência que nem sempre querem ver neles mesmos¹². Mas é preciso de vez em quando se render à evidência quando numerosos testemunhos concordam sobre este ou aquele gesto feminino sanguinário ou bárbaro; por isso, é preciso analisar, relacionar esses gestos com outros, com os dos homens e com aqueles apresentados pela literatura e que podem talvez ter servido de modelo¹³. Ou ainda tentar associar essa ferocidade feminina, sempre denunciada, com o sistema social e político em seu conjunto. Procurar mais adiante a partir de que mecanismos de faltas e compensações o furor e o gosto da morte existem naquelas que antes de tudo dão vida. Podem-se lançar algumas hipóteses: participar com obstinação de uma revolta tem que ver primeiro com a evidência. Ativas em seus bairros, rápidas em propagar as notícias, as mulheres podem facilmente incitar à sublevação sem ruptura real com seu funcionamento cotidiano de presença e de animação. Quanto ao seu entusiasmo declarado pelo sangue, uma vez levada em conta a denúncia, sempre masculina, não é preciso tentar relacioná-lo com o estatuto da

12. A. Farge, "Les femmes, la violence et le sang au XVIII^e siècle", *Mentalités*, n. 1, set. 1988.

13. N. Z. Davis, *Les cultures du peuple. Rituels, savoirs et résistances au XVI^e siècle*, Paris, Aubier, 1979.

impureza e de ineficácia que marca o seu, no momento do fluxo menstrual. Se o seu é regularmente impuro e flui sem razão (ainda não se conhece inteiramente na época o papel exato do sangue na atividade feminina de reprodução), será que não há uma transgressão absoluta máxima e satisfatória em correr eficazmente o daqueles contra os quais se bate?

É pelo grande quebra-cabeça de palavras pronunciadas e de ações demarcadas que podem ser encontrados alguns esboços de respostas a perguntas difíceis ou mal colocadas. Jamais de forma definitiva, pois, ou num outro lugar em outro documento, ou mais tarde a propósito de outros acontecimentos, surgem outros detalhes que interpelam os primeiros, produzindo outras figuras coerentes.

Deixando entrever o que os discursos mascaram, rompendo modelos e estereótipos para que apareçam condutas diversas, imprevistas, e mesmo divergentes, passa-se às vezes longe do conceito habitual e tão gasto da dominação e da opressão. Mas que os “esquecidos” do feminismo não se alegrem rápido demais, o arquivo não inverte os esquemas. Sob o pretexto de que se encontram ali mulheres trabalhadoras, decididas e tomadas pelo jogo político, não se lê necessariamente liberdade ou emancipação, cuja presença possibilitaria encerrar com alívio o debate sobre o masculino e o feminino. O arquivo, oferecendo sempre o mesmo, o outro e o distinto, complexifica a abordagem do problema, sublinha as oposições, obriga a refletir de forma sustentada sobre o paradoxal século XVIII em que a mulher é levada a assumir responsabilidades econômicas, e mesmo políticas, apesar de ser privada de poderes reais. Isso permite também cruzar o conjunto desses fatos femininos (decisões, resistências, violências, seduições) com os discursos médi-

cos ou filosóficos a seu respeito, que fazem com que ela se torne nessa época problema e problemática.

Comparado com os discursos, o arquivo rompe as imagens prontas, e simultaneamente reforça a reflexão sobre a diferenciação sexual. Aliás, será que o debate sobre a razão na época das Luzes não testemunha essa extraordinária relação de força entre homens e mulheres quando se discorre sobre a falta de razão das mulheres sem sequer discernir sua evidente apreensão racional das formas de saber e sua intrusão natural nas lógicas das relações sociais (a Revolução, como se sabe, resolverá o problema à sua maneira, excluindo-as do poder político)?

Fazendo emergir o detalhe que desilude ou desorienta, acabando de imediato com qualquer esperança de linearidade e de positivismo, a irrupção das palavras e dos atos quebra os modelos estabelecidos, traz o desvio da norma, desloca o sentido adquirido de uma vez por todas e com muita frequência adiciona uma certa confusão ao que se imaginava simples anteriormente. Em história de mulheres é um maná, pois as mil e uma facetas contrastadas do conflito entre os sexos ganham assim mais relevo. A intensidade do movimento nutre essa importante questão colocada ao flanco do passado assim como ao do presente: a diferença sexual pode se colocar de outra maneira a não ser em termos de desigualdade, mesmo quando se admite que se compõe e decompõe continuamente um jogo sutilmente organizado de liberdades e compensações?

O Conflito

O arquivo judiciário, necessariamente, introduz no interior do campo em sobressalto paixões e de desordens:

presa em suas malhas, a cidade, o povo, a mulher oferecem um rosto exacerbado. Fala-se mesmo que ele é deformado por esse material que o recolhe. Mas já elucidou mais acima a natureza dessa ligação forçosa entre falas e poderes; por que, no presente, não escolher adotar uma posição deliberadamente ofensiva a respeito dessa velha questão das fontes inevitavelmente enviesadas na medida em que emanam da justiça? Decidindo simplesmente que o antagonismo e a discórdia são também meios de explicitação do social. Com tanto mais convicção hoje quanto um certo ar do tempo parece desdenhar isso abusivamente. Após o florescimento da história das mentalidades, que focaliza seu objeto na vida cotidiana e no mundo das sensibilidades, a disciplina histórica pôde desenvolver com entusiasmo temas desprezados a respeito da vida privada, como o *habitat*, o costume, a alimentação, e a sexualidade ou a maternidade, por exemplo. No rastro de uma antropologia em plena expansão, esses temas eclodiram com tanto mais vigor quanto desconstruíam edifícios anteriores, presos demais ao seu sistema e à sua ideologia: lá onde o número era lei, libertava-se enfim a desmesura do singular e do íntimo; lá onde uma leitura marxista fornecia grades excessivamente pesadas de interpretações, o historiador escapava para o mundo desertado dos hábitos culturais, das maneiras de ser e de fazer. Simultaneamente, operava-se um deslocamento insensível: preocupado demais em abandonar as bordas carregadas do marxismo, o historiador talvez não tenha percebido de que ele costumava ocultar o universo de conflitos e de tensões, de lutas e de relações de força, universo que constitui o pano de fundo no qual se enxertam comportamentos, práticas e afetividades. Não que ele se omita de descrever as diferen-

ças sociais, mas é que ele não pretendia fazer disso um dos motores de sua argumentação. Aliás, a divisão do objeto histórico não induzia pouco a pouco a essa falta?

Fragmentada, dificilmente capaz de restituir a intensidade das relações sociais, a história das mentalidades foi sendo gradualmente substituída por uma história factual relativamente clássica, com o verniz de uma história das ideias que se diz rejuvenescida. O grande debate intelectual sobre a cultura popular deu lugar a uma espécie de consenso tácito sobre a noção de “culturas partilhadas”, da qual pouca gente se pergunta atualmente como se operaram efetivamente as partilhas, e se não seria o momento de recolocar a questão de suas configurações. O mínimo que se pode dizer é que elas são geralmente desiguais... e que raramente são agenciadas no respeito ao outro, deixando quase sempre entrever o desejo de dominação de um grupo sobre o outro.

O desacordo e o confronto estão no centro das fontes policiais: por que não tirar vantagem disso para fazer do desarranjo e das rupturas uma gramática que permita ler como existências se forjaram, se negaram ou se desfizeram uma após a outra. Dificilmente se pode separar a história dos homens da história das relações sociais e dos antagonismos; pode-se afirmar também que certos grupos sociais vieram a existir pelo simples fato de terem lutado. Do mesmo modo, confrontos de grupo contra grupo, de sexo contra sexo ou de povo contra elites criaram momentos de história que transformaram seu curso e cujas formas ainda devem ser elucidadas. Sem contar que uma história das relações de força é também aquela que pode contabilizar sofrimentos e enganos, ilusões e esperanças. A história deve saber responder por isso, medir o patético,

pensar o inominável. O conflito é um lugar de nascimento, e o que advém depois dele raramente tem a ver com o que se passava antes dele. Ainda que mínimo ou irrisório, e mesmo ritual, o conflito é uma fissura que traça "outros lugares" e cria novos "estados". Ao historiador cabe não apenas relatá-lo, como também instituí-lo como motor de sua reflexão, fonte de seu próprio relato.

Por momentos, o arquivo miniaturiza o objeto histórico: se ele dá a medida e a amplitude dos grandes movimentos sociais (como as greves, as agitações, os fenômenos de mendicância ou de criminalidade), ele isola como faria um microscópio o exercício de paixões pessoais. Nas palavras retidas pelos documentos, a vingança, a gesticulação, o ódio e o ciúme fazem sua aparição, figuram na dramaturgia do real da mesma maneira que o amor e a aflição. Isso obriga a não omitir essa parte de sombra, esse gosto da destruição e da morte que habitam o homem; isso obriga a não deixar de lado essa "insociável sociabilidade do ser" em que o interesse de uns pela submissão de outros, a astúcia e a mentira se atracam impiedosamente com esse gosto por mais liberdade e concórdia: "A tragédia humana inscreve-se no desacordo fundamental dos seres com sua própria carne. Escrever a história é passar um atestado desse desacordo"¹⁴. Entre calúnia e perdão divagam as palavras; através de vidas sem importância, ouve-se a parte inaudível – por vezes ignóbil – do humano, ao mesmo tempo em que se surpreende a insistente melodia de felicidades tentadas e de dignidades conquistadas.

O sabor do arquivo se enraíza nesses encontros com silhuetas desfalecidas ou sublimes. Obscura beleza de

14. Cf. Mettra, "Le ventre et son royaume", *L'Arc*, n. 52, Michelet, p. 38.

tantas existências dificilmente esclarecidas pelas palavras, confrontando-se com o outro, tão prisioneiras delas mesmas quanto desvencilhadas do tempo que as abrigas.

Ela Acaba de Chegar



Ela acaba de chegar; pedem-lhe uma carteirinha que ela não tem. Dizem-lhe então para dar meia volta, até a outra sala, para fazer uma autorização para o dia. Lá, pedem que apresente outra carteirinha que desta vez ela tem. De posse da autorização, retorna ao local de onde veio, estende-a para o presidente de sala que a pega. Ela espera que ele lhe dê um número de lugar, mas ele não levanta a cabeça. Ela pergunta então baixinho onde se acomodar. O presidente exasperado ordena que ela fique onde quiser, exceto na primeira fileira reservada aos manuscritos mais antigos. Ela obedece, escolhe, tira a bolsa, procura uma folha, senta-se. O presidente a chama imediatamente e todas as cabeças da sala se erguem ao mesmo tempo. Ele pede que ela lhe dê seu número de mesa. Ela volta para lhe dizer, depois de levar um tempinho para descobrir o lugar onde está inscrito o número do seu lugar. Ele lhe dá uma ficha de plástico rosa com o mesmo número que o de sua mesa. Ela volta para lá. O manuscrito de que precisa e cuja classificação

ela conhece só pode ser-lhe entregue por um bibliotecário de blusa cinza se ela preencher uma ficha branca. Ela não sabe onde estão as fichas e não vê nada que as indique. Observa em silêncio. Avista-as em uma cestinha de criança de plástico verde, na primeira sala onde lhe pediram pela segunda vez uma carteirinha. Dirige-se para lá, pega uma, retorna ao seu lugar, tira uma caneta para preenchê-la em duas vias. Presume que é necessário depositar essa ficha em algum lugar, e no mesmo passo parte novamente em direção à cestinha de criança da primeira sala. Não é aqui; agora é preciso ir até uma pequena mesa, atrás da qual se encontra um homem, também de blusa cinza. Ele recebe sua ficha, mas pergunta também sobre o cartão de plástico rosa. Com isso ela sente um pouco de dificuldade de encontrar sua mesa, mas logo avista o plástico rosa deixado sobre seus papéis. Ela leva tudo, ficha branca em duas vias e plástico rosa para o homem de cinza que lhe dá em troca um cartão azul vivo com o mesmo número que o rosa. Ela retorna ao seu lugar, senta-se e só se preocupa com uma coisa, saber se, para sair, será preciso seguir em sentido inverso o labirinto já percorrido ou se o dedalo da volta não tem nada a ver com o da ida. Um breve arrepio entre os ombros lhe faz lembrar que veio aqui na verdade para consultar um manuscrito.



Com certeza, ela martela de propósito o assoalho com seus saltos altos fora de moda, que se engancham a todo instante entre dois tacos mal ajustados. Por que desde a abertura ela se obstina em empreender mais de cinco idas e voltas infrutíferas entre a mesa e as estantes onde estão dispostos os volumes da grande Enciclopédia? Por que não decide nunca se instalar em algum lugar, nesse início da manhã?

Quando vão colocar sobre o assoalho um tapete que absorva silenciosamente os passos? Mesmo de cor feia e de qualidade média, ele certamente aliviaria todo mundo.

Sem parar, ele brinca com seu anel da mão esquerda. O tinido regular do ouro em contato com a unha agasta os dentes e se torna tão exasperante que o ronco dos automóveis na avenida chega a ser reconfortante.

Pior ainda, a agitação dessa jovem há um mês; sempre sentada no mesmo lugar, ela folheia a toda velocidade a obra de um filósofo em quinze volumes. Não tem o cuidado nem de ir mais devagar nem de acelerar, cada página virada fere o ouvido, tira o fôlego; no entanto, ela está longe de terminar a leitura da obra...

Hoje ele está resfriado, esse vizinho de cabelos cinzas, perdido em manuscritos enigmáticos onde procura sem dúvida a pedra filosofal. Já é pelo menos a décima vez que ele funga, lentamente, conscienciosamente. Aliás, ele é muito consciencioso, conhecido por isso assim como pela gentileza: é quase certo que ele não vai parar de fungar. Põe-se a espreitar ansiosamente suas duas mãos: se uma delas pelo menos escorregasse no bolso para exumar um lenço, a vida se tornaria mais leve.

A menos, é claro, que o presidente de sala tivesse um acesso súbito de suas intermináveis tosses sibilantes que rasgam o ar e o deixam de muito mau humor, levando-o até a implicar com a luz elétrica, acusada de ameaçar a boa conservação dos manuscritos. A sala é escura.

O silêncio de uma sala de arquivos é muito mais violento que qualquer algazarra de pátio de escola; sobre um fundo de recolhimento de igreja, ele corta, isola impiedosamente os ruídos dos corpos, o que os torna ao mesmo tempo agressivos e perniciosamente causadores de ansiedade. Uma respiração um

pouco forte logo dá a impressão de estertor agônico, enquanto um simples hábito (massagear o nariz em sinal de meditação intensa, por exemplo) se transforma em tique monstruoso, a ser tratado com urgência em hospital psiquiátrico. Tudo se amplifica sem medida, e sem razão, nesses espaços fechados, e o mesmo vizinho pode tanto se transmutar em tanque da guerra de 1914 quanto em sorriso de Reims. Garante-se, aliás, que existem pessoas que trabalham há anos um sorriso interminável no canto dos lábios; esse detalhe agradável, e até gentil, pode acabar petrificando o mais paciente dos leitores que tentará desesperadamente um meio discreto de ver se apagar esse ricto. A estranheza (um inofensivo copo de água ostensivamente colocado sobre a mesa onde acaba de se instalar um pesquisador americano), a menor atitude não usual, o gesto ordinariamente sem importância (uma vizinha enrolando nervosamente uma incômoda mecha avermelhada) adquirem nesses locais tamanho relevo que beiram o fantástico, povoando a sala de leitura com indivíduos exóticos que nenhuma etnologia poderá compreender, ou com seres devastados pela loucura reunidos ali para fazer o sofrimento de um único.

Aquela que olha e escuta essa paisagem catastrófica sabe que seu cadarço desamarrado logo vai obnubilar seu vizinho a ponto de achar que se trata de uma víbora. Um vizinho não é um inimigo, mas todo vizinho tem algo que intriga. Os documentos que ele consulta, por exemplo, dão uma vontade louca de adivinhar sobre o que está trabalhando, a menos que um detalhe de sua pessoa retenha mecanicamente a atenção. O silêncio da sala de arquivos é fabricado de olhares que se demoram sem ver ou encararam como cegos. Ninguém escapa dessa errância dos olhos, nem mesmo o mais obstinado dos leitores com o rosto obscurecido pelo trabalho. As longas fileiras estudiosas, onde se curvam as costas ou se traem os ca-

nhotos, não têm escolha para descansar do esforço. O repouso é feito sem pensar, insensivelmente o olho se detém em um rosto desconhecido, incrusta-se em uma maçã de um rosto ou em um cacho desfeito. A insistência de um olhar geralmente faz levantar a cabeça, os olhos se cruzam profundamente sem razão, mas sem desviar muito rápido. Voltar-se de imediato é uma resposta, fixar o olhar é um desafio.

Nas salas de arquivos, os cochichos enrugam a superfície do silêncio, os olhos se perdem e a história se decide. O conhecimento e a incerteza misturados se ordenam em uma ritualização exigente onde a cor das fichas, a austeridade dos arquivistas e o cheiro dos manuscritos servem de balizas para um mundo sempre iniciático. Além do manual de instruções, sempre ubuesco, encontra-se o arquivo. A partir daí começa o trabalho.

OS GESTOS DA COLETA



O que se escreveu acima pode, para alguns, testemunhar uma maneira ingênua e fora de moda de considerar o arquivo. Esse modo apaixonado de construir uma narrativa, de estabelecer uma relação com o documento e com as pessoas que ela revela, pode aparecer como o vestígio de exigências extintas no presente, que não correspondem mais a uma época intelectual ao mesmo tempo mais tradicional – e até conservadora – e menos presa à descrição do cotidiano. Que atrativo resta ao arquivo quando tudo, ou quase, já foi dito por outros sobre a beleza do gesto, o diálogo com os mortos, a consideração dos anônimos e dos esquecidos da história¹? Quando, no momento atual, esses modos de apreender o passado se prestam a sorrir ou, no melhor dos casos, fazem figura

1. Entre outros por R. Mandrou e M. de Certeau, passando, por exemplo, por Ph. Ariès, M. Foucault et J. Rancière.

de vestígios em uma historiografia sobre a qual refletem sabiamente certos intelectuais?

O atrativo, supõe-se, permanece. A inclinação por ele não deve ser confundida com um modo que logo se tornaria caduco; ele é tecido por uma convicção: o espaço ocupado pela conservação dos arquivos judiciais é um local de falas captadas. Não se trata de descobrir nele, de uma vez por todas, um tesouro enterrado, oferecido ao mais esperto ou ao mais curioso, mas de tomá-lo como um suporte que permita ao historiador buscar outras formas do saber que faltam ao conhecimento.

O arquivo não é uma reserva na qual se sorveria por prazer, mas é permanentemente uma falta. Uma falta semelhante àquela de que falava Michel de Certeau a propósito do conhecimento ao defini-lo assim: "O que não para de se modificar por uma falta inesquecível". Por mais que existam milhares de pilhas de denúncias, que as palavras a recolher pareçam impossíveis de se esgotar um dia, a falta, paradoxalmente, opõe sua presença enigmática à abundância dos documentos. As frases copiadas pelo escrivão criam a ilusão de poder conhecer tudo, e é um erro; a profusão delas não é sinônimo de conhecimento. É, com toda evidência, o que deveria persuadir o historiador de que os indícios reunidos aqui são literalmente inqualificáveis, e que ele próprio não consegue entender bem as razões daqueles que se encontraram imobilizados no documento. No século XVIII, o arquivo não falta, ele cria vazio e falta que nenhum saber pode suprir. Utilizar o arquivo hoje é traduzir essa falta em questão, é antes de mais nada despojá-lo.

"Despojar"

O contato com o arquivo começa por operações simples, entre outras o encargo manual do material. O despojamento – termo bastante evocador – obriga a muitos gestos, e a operação intelectual decidida inicialmente, por mais complexa que seja, não pode de modo nenhum evitá-los. Eles são familiares e simples, depuram o pensamento, aplainam o espírito de sofisticação e aguçam a curiosidade. Realizam-se sem pressa, obrigatoriamente sem pressa; não será demais dizer a que ponto o trabalho em arquivos é lento, e o quanto essa lentidão das mãos e do espírito pode ser criativa. Antes mesmo de ser criativa, ela é inelutável: as pilhas não acabam nunca de ser consultadas, umas após as outras; mesmo limitadas em quantidade por sondagens preparadas previamente e calculadas com precisão, eles exigem do leitor muita paciência.

Paciência de leitura; em silêncio, o manuscrito é percorrido pelos olhos através de numerosos obstáculos. Pode-se tropeçar no defeito material do documento: os cantos corroídos e as bordas danificadas pelo tempo engolem as palavras; o que está escrito na margem (inspetores e tenentes da polícia costumam fazer anotações no documento que recebem de um observador ou de um comissário) geralmente fica ilegível, uma palavra que falta deixa o sentido em suspenso; às vezes, as partes de cima e de baixo do documento sofreram danos e as frases desapareceram, isto quando não é na dobra (muitos documentos foram enviados por cartas ao tenente-geral ou a qualquer outro) que se constata rasgos, portanto ausências.

As intempéries não são boas conservadoras: nos Arquivos da Bastilha², alguns documentos permaneceram por muito tempo em porões úmidos e absorveram as infiltrações de chuva antes de serem cuidadosamente reinventariados e classificados. Isso torna difícil a leitura, e as palavras escorridas ficam apagadas ou meio apagadas: o esfuminho do tempo colocou seu véu. Ocorre também de o documento conservado ter sido arrancado diretamente do suporte inicial que o mantinha em bom estado, como esses panfletos e injúrias descolados dos muros da cidade por uma polícia do século XVIII atenta em não deixar escapar nada de subversivo. Na Biblioteca do Arsenal, estão guardados em uma caixa alguns desses retalhos de cartazes proibidos. Pode-se falar, se quiser, de destroços, embora a palavra tenha uma conotação fúnebre demais para tantas elucubrações engraçadas e anedotas obscenas. Ao abrir a caixa³ e espalhar sobre a mesa palavras proibidas coladas às pressas nas fachadas urbanas, empreende-se um viagem barroca ao país das denúncias, das invectivas, das mesquinhas e das esperanças políticas. Panfletos esmigalhados, rasgados pelo gosto da censura, consumidos pelo tempo, foram recolhidos em geral para que os numerosos autores clandestinos, disseminados na cidade, fossem processados. Hoje, são insignificantes peças de convicção, todas picotadas.

Algumas são impressas e compostas cuidadosamente, ornadas com gravuras; a maioria é manuscrita, grafada em letras maiúsculas formadas de traços retos para que a letra não seja reconhecida. É a pequena multidão de denúncias

2. Todos conservados em B. A.

3. A. B. 10019.

anônimas por vingança, de calúnias audaciosas e ácidas que tentam denegrir o vizinho, ou então a mulher dele, alvo ao mesmo tempo mais fácil e mais adequando. Escritas com uma pena claudicante em papel ordinário, conservam, apesar do tempo, a pressa, o ódio e a inabilidade, assim como uma improvável ortografia fonética. Todos ou quase todos ficaram marcados pelo estigma de sua estada nos muros: na ponta dos dedos, percebe-se a rugosidade do grão da pedra que ficou preso na cola de outrora, mais grosseira e farinhenta. Lembrança digital do arquivo.

Há manuscritos perfeitamente conservados e legíveis, mas de leitura difícil. Em geral, a escrita de século XVIII não apresenta as mesmas dificuldades de interpretação que as do final do século XVI ou do início do XVII; contudo, sobrevêm obstáculos imprevisíveis. Foi por isso que um simples caso dito criminal⁴ reteve longamente nossa atenção. Interessante por seu conteúdo, ele coloca de imediato o leitor em uma situação de estranheza: o documento, ainda que bem escrito, é em si mesmo ilegível apenas pelo percurso dos olhos. Estamos em 1758, um ano após a execução de Damiens, regicida de Luís XV: o fato tornou a morte do rei possível, e o imaginário social se encanta com essa parte inaudível e recalcada⁵ do corpo social. Um doméstico de uma casa média, Thorin, abalado com a morte da patroa, senhora Fonce-magne, acordou à noite, abatido, por tê-la ouvido ordenar que fizesse jejum e orações e lhe confiar um segredo. Aos seus amigos empregados, que não ouvem e não veem nada disso, ele garante que a “viu e ou-

4. Affaire Thorin, 1758, A.B. 12023.

5. P. Retat, *L'attentat de Damiens. Discours sur l'événement au XVIII^e siècle*, Presses universitaires de Lyon, 1979.

viu”, e, simultaneamente, fica surdo e mudo. Desde essa noite de novembro de 1758 em que sua vida vira de cabeça para baixo, Thorin responde por escrito aos interrogatórios de juízes, bispos e médicos, depois de ter tomado conhecimento, por escrito, das perguntas colocadas.

O caso é importante, pois Thorin revela seu segredo: foi-lhe ordenado que assassinasse o rei, e, como prova dessa ordem monstruosa, ei-lo surdo e mudo. O caso dura vinte anos, Thorin fica preso na Bastilha durante todo esse tempo, até que a loucura o possui completamente. É uma história muito longa, com desdobramentos ricos de interesse para aqueles que se interessam pela noção de ordem pública confrontada à imaginação coletiva de uma sociedade em ruptura com seus reis.

História longa, e também difícil de decifrar: Thorin, de fato, escreve centenas de páginas ao longo desses vinte anos de inquérito e de prisão. Ele escreve como fala; portanto não escreve, mas reproduz no papel os sons que compõem as frases. Não os sons que compõem as palavras, seria simples demais, mas aqueles que compõem as frases ou pedaços de raciocínio. Nada de pontuação, é claro, mas sobretudo cortes, espaços em branco inesperados entre duas sílabas de uma mesma palavra, ou então ligações desordenadas, fora do espaço balizado da ortografia.

A surpresa é total, a leitura difícil, impossível mesmo: os olhos não servem para nada; para conseguir decifrar, é preciso pronunciar à meia voz, murmurar esses fragmentos escritos. Isso em plena sala de leitura, no habitual silêncio que reina nesses lugares. A experiência é extravagante, não pela ruptura do silêncio que faz com que as cabeças dos vizinhos se voltem, mas por essa vinda do

sentido, som após som, como se fosse uma partitura musical, como se o som oferece às palavras seu sentido. O ritmo é sincopado, os cortes não acontecem nos lugares adequados, as ligações são transcritas. Nada se assemelha a nada, a não ser articulando, a boca livra a escrita de sua opacidade: é preciso rezar a cada dia 28 uma missa para as almas do purgatório, nunca conheci vosso apego até o presente, rogo-lhes que me deixem entre pessoas de meu conhecimento.

Mais adiante, uma longa confissão escrita de Thorin obriga ao mesmo exercício:

Eu jamais poderia dizer que fiz isso para causar sofrimento ao meu mestre ou aos meus amigos, já que desde o primeiro momento eu disse ao bispo de Soissons que eu não achava que fosse ninguém da casa que eram pessoas muito honestas e das quais eu nunca falei mal [...] Jamais pensei em um crime tão grande que eu não queria dizer que eu teria colocado minha alma em perigo por morar com essa mulher, não é um mal tão grande de deitar com uma mulher, mas um pobre empregado que confia nas mulheres se expõe a muitas coisas.

Em seu delírio, Thorin se preocupa de ter sido punido por Deus por ter amado uma mulher casada.

Lembrança sonora do arquivo; recordação evidente do papel da entonação da voz, tão importante por exemplo na literatura oral. Essas páginas escritas por Thorin retêm uma voz, uma entonação, um ritmo: elas desvendam uma cultura sonora como poucos arquivos podem proporcionar. Talvez Thorin seja iletrado, mas a mediocridade caligráfica de seus escritos transmite o que nenhum texto pode oferecer, o modo como era pronunciado, articulado.

Assim, é preciso decifrar primeiro, com esses gestos lentos, em que as mãos e os olhos trabalham. Quando não é difícil demais, também não é simples, pois as peças dos processos são longas e os interrogatórios começam obrigatoriamente por sempiternos enunciados jurídicos. Quanto às anotações da polícia, são obscuras ou se estendem amplamente em digressões pantanosas. O essencial nunca surge de imediato, a não ser em uma descoberta excepcional; é preciso portanto ler, ler de novo, afundado em um pântano que nenhuma rajada venha distrair a menos que o vento se levante. Isso acontece às vezes, quando menos se espera.

A partir dessa leitura obstinada, organiza-se o trabalho. Não se trata de dizer aqui como se deve fazê-lo, mas simplesmente como acontece de se fazer. Não existe trabalho modelo ou “trabalho-a-ser-feito-assim-e-não-de-outra-forma”, mas operações que podem ser relatadas de modo flexível, tomando distância dessa mania quase cotidiana “de ir aos arquivos”.

Isso começa bem devagar com manipulações quase banais sobre as quais, no fim das contas, é raro refletir. Entretanto, ao realizá-las, fabrica-se um objeto novo, constitui-se uma outra forma de saber, escreve-se um novo “arquivo”. Trabalhando, reutilizam-se formas existentes, com a preocupação de ajustá-las de outra maneira para tornar possível outra narração do real. Não se trata de recomeçar, mas de começar outra vez, redistribuindo as cartas. Isso se faz insensivelmente, justapondo toda uma série de gestos, tratando o material empregando jogos simultâneos de oposição e de construção. A cada jogo corresponde uma escolha, prevista, ou que sobrevém subrepticiamente, quase imposta pelo conteúdo do arquivo.

Jogos de Aproximação e de Oposição ✱

Depois de lido, o arquivo primeiro é separado⁶, pelo simples gesto de cópia ou de fotocópia. Pode-se separá-lo reunindo o mesmo, coletando ou, ao contrário, isolando, e tudo depende do objeto estudado.

Quando se trata de estudar, por exemplo, um certo tipo de criminalidade ou de delito, o primeiro gesto consiste em tirá-lo do lote, dentro de um período definido previamente. Quando se decide estudar um tema amplo (a mulher, o trabalho, o Sena...), é necessário primeiro extrair de todo documento o que se destaca no objeto. Pode-se então atravessar longas séries de documentos (anotações da polícia, denúncias ou conflitos corporativos) e isolar aquilo de que se necessita. É uma manipulação ligeiramente diferente da primeira descrita; de qualquer maneira, uma forma nasce através da acumulação; ela é estudada detalhadamente, sem que se esqueça de estabelecer diferentes possibilidades com outros temas.

O trabalho é simples; consiste em despojar, depois recolher um certo gênero de documento: a série, assim organizada, serve de objeto de pesquisa. Aparentemente infantis, esses gestos desviam uma primeira vez o real, ao menos pela operação de classificação que eles exigem, e a focalização expressa sobre um tema bem particular (embriaguez, roubo ✱ ou adultério) cria um olhar específico que merece explicação, pois o espaço se redistribui forçosamente a partir do objeto pesquisado.

A análise remete frequentemente a outra coisa além dela mesma: pode-se decidir, por exemplo, estudar o de-

6. M. de Certeau, *L'Écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.

lito do jogo estimando que essa atividade do século XVIII ajudará a compreender as relações entre a polícia, o mundo dos libertinos, a aristocracia e as finanças; ou então, pode-se examinar um outro tipo bem particular de roubo, porque se o considerar representativo das preocupações de um século e porque se deseja se aprofundar nos fenômenos da pobreza e da miséria. Pode-se deter nas brigas de rua e nas rixas de cabaré testando a hipótese segundo a qual a violência é uma das chaves da sociedade urbana, ou então levar em conta o crime de adultério para afinar o estudo das relações entre masculino e feminino. **Seja qual for o objetivo, a pesquisa nesse caso é efetuada a partir do mesmo, do idêntico aparente, e a coleção de textos recolhidos será tratada em seguida tentando romper o jogo das semelhanças para encontrar o dessemelhante, e mesmo o singular.**

Recolher

Em plena coleta, não há como dispensar informações, pois o importante é deter o conjunto de dados sobre a questão, naturalmente nos limites cronológicos e espaciais previamente estabelecidos. Em contrapartida, para selecionar o mesmo, o olhar não pode se impedir de se deter no diferente, pelo menos para saber se não há com que se preocupar.

É em geral a propósito desse percurso rápido que sobrevêm as surpresas: um arquivo inesperado, fora do campo que se estipulou, vem chacoalhar a monotonia da coleção. Diferente, loquaz ou sugestivo, ele oferece por sua singularidade uma espécie de contrapeso a uma série que está se estabelecendo. Ele divaga, diverge, abre para novos horizontes de conhecimento, traz uma gran-

de quantidade de informações que não se podia esperar na onda habitual do despojamento. Isso pode assumir todo tipo de forma, umas burlescas, outras instrutivas, ou ambas ao mesmo tempo. Um dia foi preciso pesquisar, na série Y denúncias diante de comissários feitas ao *Petit Criminel* (conservadas nos Arquivos Nacionais), tudo o que se referia aos casos de violência entre 1720 e 1775. Um levantamento decidido previamente obrigava a despojar um mês de denúncias em cada um dos anos escolhidos. Classificadas cronologicamente, essas denúncias não acabavam nunca de ser folheadas, e as violências assim recolhidas começavam a constituir uma longa lista, ao mesmo tempo em que enchiam inúmeras fichas. Entre duas denúncias, em uma manhã de prostração, o papel pareceu diferente ao toque. Lembrança tátil do arquivo.

A sensação precedera o olhar; de resto, o papel não tinha a mesma dimensão que todos aqueles consultados anteriormente. Ruptura do gesto e da cópia em curso. É uma carta, uma carta perdida: lê-la mecanicamente, pelo hábito de pôr os olhos no papel desbotado. Compreende-se que se trata de uma carta escrita por um comissário a um de seus colegas.

Sorriso e surpresa; lê-se:

meu caro amigo. não sou cruel. se a sua mulherzinha não fosse melhor do que eu você seria corno desde essa noite pois vou lhe confessar que ela põe terrivelmente a natureza em movimento em mim e não duvido que produza o mesmo efeito nos outros. estou brincando mas vamos falar sério. farei o possível para chegar cedo esta noite na sua casa. você me avisou um pouco tarde e tenho mais de trinta convites para hoje. Adeus. Beije bastante sua mulherzinha por mim, quando lhe roubo beijos, sempre os dou no queixo ou nos olhos ou

na bochecha mas você patife tem o cantão de reserva. um beijo, mil beijos na bochecha ou nos olhos de sua mulher valem a metade dos que você colhe de sua boca. que o diabo me carregue, gosto dessa boca, adeus.

Beijos roubados, carta sem data, classificação Y 13728; imediatamente copiar um a um os termos dessa mensagem meio amigável, meio devassa. **Inclassificável esse texto, e no entanto tão precioso.** Mais tarde, sim mais tarde, há de se perguntar se esse tipo de carta alerta é ou não um objeto cultural, um modo corriqueiro de se dirigir a outro, nesse século XVIII de tons libertinos. Não há nenhuma pressa ainda e pouco importa hoje para que servirá o arquivo; o urgente é coletar essa fala viva, não datada, suspensa entre casos policiais muito sérios. **Arquivo rebelde.**

Mais tarde, fora decidido separar os arquivos de um comissário de um bairro muito popular (o comissário Hugues, bairro de Halles⁸) e estudar exaustivamente suas anotações e sua coleção de denúncias, de informações e de sentenças, para compreender melhor os fenômenos de sociabilidade parisiense, ao longo de todo seu exercício profissional, ou seja entre dezembro de 1757 e junho de 1788. Trinta e um anos. Aqui, nada a separar, mas tudo a guardar na memória minuciosamente; lá ainda, uma infinidade de denúncias, e o embrutecimento que espreita.

Um pequeno “presente de arquivos” vem de acréscimo: na data de 18 de janeiro de 1766⁹, uma denúncia é apresentada a propósito de uma briga, Place des Victoires, entre um mestre e um cocheiro de um fiacre que teve um

7. A. N., Y 13728, s.d.

8. A. N., Y 10999 a Y 11032, comissário Hugues, bairro de Halles, 1757 a 1788.

9. A. N., Y 11007^o, comissário Hugues.

dos cavalos ferido por um golpe de espada. Fica-se sabendo que Paul Lefèvre, cocheiro de praça, viu “um cabriolé com um cavalo atrelado no qual estava um senhor que ele ficou sabendo se tratar do marquês de Sade e seu doméstico”; e que ele parou para deixar descer seu cliente, o que impedia o cabriolé de continuar seu caminho. Seguiu-se uma briga; o marquês de Sade, ele próprio desembarcado, desfere “golpes de espada nos cavalos e uma ponta no ventre de um cavalo”.

O caso se revolve amigavelmente: o marquês de Sade – pois é exatamente dele que se trata – paga 24 libras pelo “pagamento do cavalo ferido” e o tempo de cura. Abaixo da peça judiciária está aposta a assinatura do marquês. Inesperado prazer de encontrar subitamente Sade enviscado na Place des Victoires, entre um cocheiro e seu cabriolé; é como capturar em pleno voo de um personagem ligado antes de tudo à literatura e às fantasias. Eis o marquês apreendido no que fez sua reputação: violência gratuita, a ponta da espada enfiada no ventre de um cavalo que mal se aguentava em pé. Esse detalhe sem importância confirma tão bem o caráter maldito do personagem que se chega a duvidar desse achado pitoresco, dessa coincidência surpreendente.

Evidentemente, muitos outros exemplos desse gênero poderiam ser mencionados, encontrados por acaso, fazendo desviar da rota delimitada dos despojamentos, mas é preciso acrescentar ainda que o arquivo não precisa ser necessariamente burlesco para desviar o pesquisador. Há documentos “pacíficos”, ordinários, que desviam e levam ali onde não se tinha decido ir e nem mesmo compreender. Talvez isso signifique se deixar impregnar pelo arquivo, estar suficientemente disponível às formas que ele

contém, a fim de destacar melhor o que *a priori* não é perceptível. A isso se pode retrucar que a impregnação não é um método científico, que a própria palavra é de uma imprecisão bem ingênua, e que nesse jogo quase infantil podem-se introduzir facilmente na pesquisa erros de interpretação. É evidente. Mas a vontade é responder com uma metáfora, sabendo que isso torna o caso mais grave: o arquivo parece uma floresta sem clareiras; permanecendo nele muito tempo, os olhos se acostumam com a penumbra, eles entreveem a orla.

Armadilhas e Tentações

Isto vem insensivelmente, quase sem se dar conta; a predileção pelo arquivo pode adquirir uma dimensão tal que não se desconfia, não se percebe nem as armadilhas que ele lança nem os riscos que se corre ao não lhe impor uma certa distância.

Uma vida não seria suficiente para ler a totalidade dos arquivos judiciais do século XVIII; ao invés de desencorajar, essa evidência estimula a vontade de consultá-lo, inclusive na desordem, ou mesmo sem objetivo definido. Pelo prazer de ser surpreendido, pela beleza dos textos e o excesso de vida ofertado em tantas linhas ordinárias. O desejo de não esquecer essas histórias de vida e de comunicá-las não é certamente um defeito grave. Há tanta felicidade em acumular uma infinidade de precisões sobre milhares de anônimos desaparecidos há longo tempo que quase se esquece que escrever a história depende de um exercício intelectual em que a restituição fascinada não basta. Que nos entendamos bem, apesar de tudo: se esta

última não basta, pelo menos é o solo fértil necessário a partir do qual se pode fundar o pensamento. A armadilha limita-se simplesmente a isso: estar absorvido pelo arquivo a ponto de nem saber mais como interrogá-lo.

A qualquer projeto que se obedece, o trabalho em arquivos impõe necessariamente operações de triagem, de separação de documentos. A questão é saber o que triar e o que abandonar. Acontece às vezes que, em razão de suas hipóteses, o historiador já tenha escolhido o que iria coletar e separar; sem dúvida, isso lhe retira disponibilidade, ou seja, essa aptidão a granjear o que não lhe parece imediatamente necessário e que, mais tarde – nunca se sabe – poderia se revelar indispensável.

Como decidir entre o essencial e o inútil, o necessário e o supérfluo, o texto significativo e um outro que se julgará repetitivo? Não há bom método para dizer a verdade, nem regras estritas a seguir quando se hesita sobre a escolha de um documento. O procedimento se assemelha na verdade ao do andarilho¹⁰, buscando no arquivo o que está escondido como vestígio positivo de um ser ou de um acontecimento, estando atento simultaneamente ao que foge, ao que se subtrai e se faz, ao que se percebe como ausência. Presença de arquivo e ausência dele são sinais a pôr em dúvida, portanto em ordem. Por esse caminho pouco trilhado, é preciso desconfiar de uma identificação sempre possível com os personagens, as situações ou as maneiras de ser e de pensamento que os textos põem em cena. “Identificação” significa esse modo insensível, mas real, que tem o historiador de ser atraído apenas por aquilo que pode reforçar suas hipóteses de trabalho decididas

10. C. Ginzburg, C. Poni, “La micro-histoire”, *Le débat*, n. 17, dez. 1981, p. 133.

previamente. A menos que se trate desse estranho acaso que só se descobre o que se busca e que, milagrosamente, parece ajustar-se ao desejo inicial e profundo do historiador. Há mil maneiras dissimuladas de se identificar com um objeto de estudos. Isso pode chegar até o não reconhecimento de diferenças, de exceções ou de contradições para destacar melhor a beleza da hipótese inicial que se sonha há muito tempo estabelecer solidamente. Essa simbiose ofuscante com o objeto escolhido é, em certa medida, inevitável, confortável e frequentemente indiscernível para aquele mesmo que a pratica. Inevitável, porque não existe nenhum historiador que possa dizer razoavelmente que suas escolhas não foram orientadas, pouco ou muito, por uma dialética do reflexo ou do contraste com ele mesmo. Seria uma mentira. Confortável, porque identificar-se, de qualquer maneira que seja, traz alívio. Perigosa, todavia, porque esse jogo de espelhos bloqueia a imaginação, imobiliza a inteligência e a curiosidade, permanecendo confinado em caminhos estritos e sufocantes. Identificar-se é anestesiar o documento e a compreensão que se pode ter dele.

A vigilância deve estar pronta para que uma lucidez sempre desperta aja como barreira contra a ausência de distância. Que fique bem claro que essa “ascese” não exclui a troca entre o arquivo e seu leitor, nem mesmo a empatia. A troca não é fusão, nem abolição de distâncias, mas o necessário reconhecimento da estranheza e da familiaridade do outro sem o qual não há questionamento inteligente e portanto eficaz. A troca exige o confronto. Aliás, acontece com frequência de o material resistir, apresentando ao leitor sua parte enigmática, e mesmo obscura. Quando a pesquisa tropeça na opacidade dos documen-



tos, e o arquivo não declina mais tão facilmente os traços cheios e os finos de um cômodo “era assim porque está escrito”, o trabalho pode realmente começar. Buscando primeiro tudo o que esses textos guardam de improvável, de incoerente, mas também de irredutível às interpretações cômodas demais. Quando o arquivo, ao contrário, parece dar acesso facilmente ao que se supõe nele, o trabalho é ainda mais exigente. É preciso se livrar pacientemente da “simpatia” natural que se sente por ele, e considerá-lo como um adversário a ser combatido, um pedaço de saber que não se anexa, mas que perturba. Não é simples abrir mão da facilidade excessiva de encontrar um sentido para ele; para poder conhecê-lo, é preciso desaprendê-lo, e não imaginar reconhecê-lo logo na primeira leitura.

Acontece também de o arquivo ser muito loquaz, e que a propósito deste ou daquele tema ele exponha aos olhos do leitor uma infinidade de indicações novas, judiciosas e detalhadas. Quando o documento se anima a ponto de levar a crer que ele se basta a si mesmo, sobrevém inevitavelmente a tentação de não se desgrudar dele e de fazer um comentário imediato a seu respeito, como se a evidência de seu enunciado não devesse ser reinterrogada. Disso decorre uma escrita da história, descritiva e plana, incapaz de produzir outra coisa que não o reflexo (e mesmo o decalque) do que foi escrito há duzentos anos. A narrativa da história torna-se uma glosa entediante, um comentário positivista no qual os resultados obtidos não passaram pelo crivo da crítica.

A citação vem muitas vezes socorrer a escrita; nisso também, é preciso refletir sobre seu uso para que não surjam nem como uma facilidade nem como o meio enganador de apresentar provas em que seria necessário um raciocínio. A

citação não pode jamais ser uma prova, e sabe-se bem que é quase sempre possível fornecer uma citação contrária à que acaba de ser escolhida. A citação tem tanto charme que é muito difícil resistir a ela; o charme da estranheza, o da exatidão e do exotismo misturados da língua de antigamente, e ainda o da confissão. Quando se cita, confessa-se implicitamente não ser capaz de encontrar palavras melhores ou ajustes de frase mais pertinentes do que aqueles descobertos no arquivo. Ou então, camufla-se uma espécie de impotência de pensar mais adiante, aproveitando ao máximo do estatuto de verossimilhança, e mesmo de veracidade, que qualquer citação impõe.

De fato, a citação deveria corresponder a um trabalho de incrustação; aliás, ela só adquire sentido e relevo quando preenche uma função que nada poderia substituir. Pode-se ver para ela três funções principais. Ela é eficaz, por exemplo, quando põe em cena uma situação nova pela força abrupta de sua expressão; nesse caso, serve de detonador e faz avançar a narrativa. Pode também surgir como uma surpresa tendo como tarefa de surpreender, deslocar o olhar e romper evidências: é a citação-ruptura, aquela que permite ao historiador se desviar dele mesmo, desfazer-se de suas manias científicas e acadêmicas que demonstram sem dificuldade os êxitos e as derrotas de outro. Aqui, a citação quebra a narrativa; as falas entre aspas vêm lembrar que às vezes não adianta nada sair do universo das palavras de onde a experiência humana tira forma. Como não lhe conceder ainda uma outra função, menos ativa e sem dúvida mais preguiçosa? À tensão de um texto, a citação às vezes dá um descanso, propõe uma pausa, uma praia talvez. Não se trata de acrescentar texto ao texto, nem de mostrar como as coisas se diziam “bem” outrora, mas de

modular a escrita da narrativa com explosões de imagens, de salpicá-la de aparições de outro. Suspensa, a citação funciona como uma parada; como uma nota branca que permite às palavras habitualmente racionais do historiador se moverem de outra forma em torno dela. Em fim de frase, parágrafo ou capítulo, ocorre de ela construir silêncio em torno da instantaneidade de sua irrupção. E é assim. A história não é jamais a repetição do arquivo, mas desinstalação em relação a ele, e inquietação suficiente para interrogar incessantemente sobre o porquê e o como de seu fracasso no manuscrito. Dar descanso ao arquivo por um tempo a fim de refletir sobre seu mero enunciado; mais tarde, enfeixar tudo: quem tem o gosto do arquivo sente a necessidade desses gestos alterados de exclusão e de reintegração dos documentos em que a escrita, com seu estilo, se soma à emergência do pensamento.

Risco de devoração e de identificação, de mimetismo e de glosa sem sabor, eis algumas armadilhas lançadas pelo arquivo. Existe uma outra, desta vez pelo entorno, seja ele próximo ou longínquo. Indubitavelmente, o arquivo contém infinidades de histórias, de anedotas, e todos gostam que lhes sejam contadas. Aqui, milhares de destinos se cruzam ou se ignoram, pondo em relevo infinidades de personagens com envergadura de heróis, com perfil de Dom Quixote abandonados. Se não são nem uma coisa nem outra, suas aventuras têm no entanto um tom de exotismo. Em todo caso, para muitos, o romance é possível, enquanto que, para alguns, é o meio ideal de liberar-se da restrição da disciplina, dando vida ao arquivo.

Frequentemente equivocada, essa possibilidade não é na verdade nem uma armadilha nem uma tentação. O argumento segundo o qual o romance ressuscita o arqui-

vo e lhe dá vida não se sustenta. O romancista faz obra de ficção; que o cenário seja "histórico" e os personagens saídos do século passado não muda muita coisa. Pode-se de fato animar, com talento ou não, homens e mulheres do século XVIII, produzindo para o leitor a convivência e um grande prazer, mas não se trata de "fazer história". Evidentemente, o conhecimento dos arquivos se revela indispensável para que se preserve a autenticidade do drama, mas a vida insuflada pelo romancista em seus protagonistas é uma criação pessoal em que o sonho e a imaginação se aliam ao dom da escrita para captar o leitor e conduzi-lo em uma aventura bem específica.

Na história, as vidas não são romances, e para aqueles que escolheram o arquivo como lugar de onde se pode inscrever o passado, a questão não está na ficção. Como explicar, sem nenhuma afetação e sem desprezo pelo romance histórico que se há contas a prestar a tantas vidas esquecidas, esmagadas pelos sistemas políticos e judiciais, isso passa pela escrita da história. Quando o prisioneiro da Bastilha, preso por ter vendido panfletos na rua, escreve à sua mulher em um pedaço de sua camisa rasgada e suplica à lavadeira que não despreze esse apelo de esperança, impõe ao escritor da história não o faça aparecer como um herói de romance. Seria uma traição de algum modo, no mínimo porque ele seria imediatamente assimilado a tantos outros heróis, dos quais um dos principais estatutos é justamente o de serem colocados em ação e manipulados pelo autor.

O prisioneiro da Bastilha, com vestígios singulares encontrados no arquivo, é um sujeito autônomo, que nenhuma imaginação forjou; sua existência percebida, para ganhar relevo e sentido, deve se integrar não a um roman-

ce, mas a uma narrativa capaz de restituí-lo como sujeito da história, em uma sociedade que lhe emprestou palavras e frases. Se ele deve “ganhar vida”, não é em uma fábula, mas em uma escrita que torna perceptíveis as condições de sua irrupção e trabalha a obscuridade de seus dias o mais próximo possível do que o produziu. Único e autônomo (apesar dos efeitos do poder), o prisioneiro da Bastilha, fugitivo passando pelo arquivo, é um ser de razão, colocado em discurso, que a história deve usar como interlocutor.

Por mais que se denunciem as armadilhas do arquivo e as tentações que ele encerra, não se deve ter ilusões. Paixão por arquivos não evita as emboscadas. Seria falta de modestia se considerar ao abrigo deles por tê-los descoberto.

FALAS CAPTADAS



O arquivo judiciário apresenta um mundo fragmentado: como se sabe, a maior parte dos interrogatórios é feita de perguntas com respostas geralmente lacônicas ou imprecisas, de partes de frases e de pedaços de vida, com um fio condutor quase sempre pouco visível.

Porém, quanto mais se interessa pelo arquivo, mais expressivas se tornam essas denúncias irrelevantes a propósito de acontecimentos irrelevantes, em que uns brigam por uma ferramenta roubada e outros pela água suja que atingiu suas roupas. Sinais de uma desordem mínima que deixou vestígios, visto que deram lugar a relatórios e interrogatórios, esses fatos íntimos em que quase nada é dito, mas que tantas coisas transpiram, são locais de investigação e de pesquisa.

Os acontecimentos são minúsculos, os incidentes mais do que costumeiros, os personagens comuns, e os arquivos coletados a respeito deles são apenas fragmen-

tos. Fragmentos de vida, disputas em retalhos expostas ali desordenadamente, refletindo ao mesmo tempo o desafio e a miséria humana. Compreende-se que é impossível, ou quase, estabelecer séries nesses magmas de denúncias de que exala uma cotidianidade banal. Ou se deixa isso de lado e se interessa por outra coisa, por exemplo, a história do procedimento judicial ou dos grandes processos em boa e devida forma; ou então se aprende a captar essas explosões de vida, intensas e contraditórias, violentas e sempre complexas, para delas tirar o máximo de sentido.

★ *Sobre o Acontecimento em História*

Essa insistência em trabalhar sobre o minúsculo, o singular e o quase imperceptível merece um esclarecimento sobre os problemas encontrados e, antes de tudo, sobre a noção de acontecimento em história.

As palavras ditas, os curtos relatos registrados pelos escrivães e os embriões de explicações balbuciadas são acontecimentos. Nesses discursos truncados, sustentados apesar do medo, da vergonha ou da mentira, há um acontecimento, porque, mesmo em rudimentos, essa linguagem carrega tentativas de coerência pretendidas por aquela ou aquele que proferiu essas respostas, tentativas que criam o acontecimento; nelas se demarcam identidades sociais exprimindo-se por formas precisas de representação de si e dos outros, esboçam-se formas de sociabilidade e maneiras de perceber o familiar e o estranho, o tolerável e o insuportável. Pois aquele que responde ao comissário, com uma imprecisão voluntária ou não, exprime-se forçosamente por meio de imagens que veicula dele mesmo, de sua família e de seus vizinhos. Mais do que isso, ele procura ter in-

fluência, mesmo sem avaliar plenamente o exato poder das palavras. Suas frases também são “acontecimentos” porque elas estão lá para persuadir, e porque é impossível esquecer esse aspecto indispensável das relações sociais. Não apenas o conteúdo delas exhibe um mundo organizado (ou desmantelado), como seu enunciado está lá para despertar a convicção e obter o assentimento daqueles que ouvem e que julgam. Nessa relação estreita entre a palavra dita e a vontade de criar o verossímil instaura o acontecimento. Porém, nos interrogatórios, cada resposta, apesar de graças à personalidade do interrogado, oferece não somente os esclarecimentos esperados, mas todo um horizonte que é preciso querer captar. Pois as palavras são portadoras do presente, elementos de reconhecimento e de distinção do tempo do qual vieram. Quando se pergunta, por exemplo, a um vendedor ambulante suspeito de roubo em que ano nasceu e ele responde: “não sabe o ano, mas fará dezessete anos no dia da Saint-Charles”, seria uma lástima que se anotasse despreocupadamente na ficha: “dezessete anos”, junto da rubrica idade, pois faltaria tudo o que mergulha essa informação em um universo ao mesmo tempo pessoal e coletivo. Esse tipo de respostas não ocorre excepcionalmente, faz parte do lote cotidiano de informações tiradas de arquivo, o que determina o valor delas e também a dificuldade de interpretá-las. Do mesmo modo, quando se interroga um homem sobre sua situação familiar, perguntando-lhe se tem mulher e filhos e ele responde: “não, é viúvo e seus filhos são falecidos”, percebe-se que dessa frase escapa todo um universo. Ou ainda (mas os exemplos poderiam ser alinhados indefinidamente), esse rapaz de dezessete anos com 21 irmãos e irmãs que não sabe mais o nome do irmão mais velho e que tampouco consegue identificar

suas irmãs pequenas, exceto a última. O “acontecimento” é também essa expressão fragmentada do ser, oferecida como vestígio, lembrança, amnesiado e ao mesmo tempo seguido pelo eco de vibrações do mundo à sua volta.

Os detalhes dados sobre a situação profissional engendram o mesmo tipo de relato, fornecendo simultaneamente a informação e o que dá acesso a ela, ou melhor, o que a torna coerente. Esse fabricante de alfinetes interrogado sobre a data de sua vinda para Paris expõe em uma frase o contexto de sua migração: “disse que veio para Paris há três anos acreditando que ganharia a vida mais facilmente como muitos outros e que, estando em Paris, entrou um estilhaço no seu olho do qual não pôde tratar, por isso mudou de profissão”. O acontecimento não é que ele seja um migrante há apenas três anos, mas reside no que foi subtraído dele durante esse tempo (esperança-saúde-profissão), e também nessa visão de uma Paris cidade-miragem, subitamente metamorfoseada em Paris cidade-fracasso; reside ainda nesse fim de um sonho singular, que é também um sonho coletivo (quantos migrantes vieram para as cidades e afundaram nelas).

Sobre o fútil e sobre o essencial, as respostas fornecem mais do que elas mesmas; deixam entrever as redes sociais, ou formas específicas de viver no meio dos outros. Um exemplo anódino ajudará a compreender melhor isso do que qualquer longa explicação; a uma jovem lavadeira, acusada de ter participado de um tumulto, perguntam se ela não tem um apelido. Sua resposta franca é típica. Aparentemente insignificante, ela permite entrar em ressonância com modos tradicionais de comunicação popular. “Se não a chamam de gorda bexiguenta?, disse que ‘não é bexiguenta, que é verdade que de uns tempos para cá, e

de brincadeira, a chamam de gorda, que ela não é gorda, que muitas vezes inclusive não responde a essa chacota, porque esse não é seu nome”¹.

Essa “maneira de falar”² totalmente anódina cria o acontecimento porque é uma linguagem em atos, um resumo de comportamentos que testemunham práticas regulares de interação entre pessoas. Aqui, em poucas palavras, distingue-se um modo de se comunicar entre indivíduos do mesmo meio social, em que aos hábitos gozadores de designar o outro se acrescentam estratégias costumeiras de implicância, formas de ironia sobre a aparência física e a insistência de todos de responder a isso apegando-se ao seu patrônimo correto, único capaz de nomeá-lo de verdade. A linguagem exprime, com desembaraço ou mau jeito, convicção ou temor, a complexidade das relações sociais e as maneiras de fazer boa figura, aquela imposta pelas estruturas sociais e políticas da cidade.

Acontecimento porque remete (mais ou menos desajeitadamente) a formas de comunicação corriqueiras, nas quais a linguagem corresponde também a culturas e saberes inteiramente particulares e pessoais. “Não sabe nem ler nem escrever, que foi pouco à escola porque diziam que aprenderia mais quando fosse maior e que atualmente vinha um professor para lhe ensinar”; “que sabe apenas sua marca”; “como se escreve seu nome? disse que não sabe, porque não sabe escrever, sabe ler apenas em letra de forma e que nunca fez outra coisa a não ser uma cruz nos papéis que lhe mandaram assinar”; eis algumas respostas entre outras – elas compreendem formas específicas de saber que nada

1. A.N., xth 1367, jun. 1750.

2. E. Goffmann, *Façons de parler*, Paris, Éditions de Minuit, 1987.

tem a ver com as da cultura dominante –, cada uma indica com precisão as modalidades infinitas em que são apreendidas a cultura e a informação. De fato, pode-se saber ler e não conseguir escrever, escrever apenas letra de forma, ficar confuso diante das maiúsculas, conhecer algumas letras e só conseguir assinar com uma cruz. Isso não é nem analfabetismo nem domínio do saber, é algo que não pode nem ser contabilizado nem colocado em gráficos, e no entanto essas configurações particulares são os indícios preciosos de maneiras de deter discretamente alguns instrumentos de cultura. E se nada é mensurável, se não se pode inferir por uma cifra exata taxas de alfabetização ou níveis de instrução, podem-se desafiar as classificações tradicionais e penetrar no emaranhado de infinitas ramificações do saber que os homens forjam uma identidade e ao mesmo tempo uma opinião.

As palavras são janelas: um ou mais contextos se deixam aprisionar ali; mas acontece também de as palavras se embaralharem e se contradizerem, enunciando incompatibilidades de sentido pouco claro. Quando se acreditava enfim discernir uma trama em que seres se moviam e que se alojavam acontecimentos, eis que se depara com opacidades, oposições, e se distinguem espaços singulares que parecem não ter nenhuma relação com a paisagem vislumbrada previamente, alguns documentos antes.

Nessa obscuridade e nesses intervalos, reside ainda o acontecimento: deslocadas, inusuais, as palavras compõem um objeto novo, diferente de outros. Comunicam existências ou casos irreduzíveis a qualquer tipologia, a qualquer esforço de síntese, e elas longe de poder ser dissolvidas em um contexto histórico fácil demais de discernir. Quase incompreensíveis, resistentes à análise, é

preciso “pegar” essas frases, porque elas permitem ao historiador captar momentos ou tensões extremas no interior de uma mesma sociedade.

Inútil procurar no arquivo o que poderia reconciliar os contrários, pois o acontecimento histórico está também na eclosão de singularidades tão contraditórias quanto sutis e às vezes intempestivas. A história não é o relato equilibrado da resultante de movimentos opostos, mas se encarrega das asperezas do real percebidas por lógicas dispares em choque umas com as outras.

Fragmentos de Ética

Aqui os conflitos são majoritários. Pequenos ou grandes, de ordem privada ou ameaçadores à tranquilidade pública, eles jamais seguem os meandros de perfeitas narrativas lineares, mas geralmente são arrancados do mutismo prudente dos protagonistas. Apesar de tudo, eles relatam; importunados e provocados por uma polícia ansiosa por saber, por obter confissões e encontrar culpados.

Reconstituir os fatos *a posteriori* nunca é fácil, visto que a maioria dos dossiês oferece *in fine* uma versão que geralmente é a da ordem pública e das autoridades policiais. As perguntas feitas têm a evidência de certezas policiais: antes de tudo, o policial procura nomear culpados, pouco lhe importa que o caso seja totalmente esclarecido.

Que ocorra, por exemplo, uma rixa em um mercado ou uma rebelião contra soldados, a polícia entra em cena e não deixa muita dúvida quanto às suas intenções. Logo se dirige aos líderes e aos cabeças-duras que acredita já saber quem são e opera sem vacilos nos meios nebulosos que não lhe são estranhos. Seja como for, pensa ela, isso

sempre ajuda a sanear o espaço urbano. Quando duas mulheres brigam na feira por causa dos preços excessivamente altos dos legumes ou do peixe, sem constrangimento os policiais caminham em direção à massa suspeita de revendedoras, gatunos e pequenos cambistas. Da mesma maneira, uma greve de artesãos leva à prisão alguns companheiros reputados por conluios subversivos.

Uma primeira leitura dos documentos induz com muita frequência uma versão inteiramente policial da ordem e da desordem, deixando de lado às vezes os verdadeiros atores do conflito, aqueles que quase sempre agem isoladamente, sem depender nem da ralé nem da criadagem. Mais simples para a polícia ir direto ao ponto, ao encontro daqueles que têm o mau hábito de dar pano para mangas.

Apontar esses automatismos e essas fraquezas policiais é um trabalho necessário. Nem por isso se deve esquecer a esperteza dos acusados, clamando sua inocência com respostas tão ofendidas quanto fingidas: “sobre isso ele nunca soube nada”, “que ele não esteve lá onde dizem que esteve”, “que ela não viu nada, que ouviu apenas o barulho do vozerio”. Dessas denegações, e dessas esquivas desajeitadas, podem-se deduzir com certeza condutas de fuga semelhantes a confissões ou a impotências. É talvez ficar na superfície das coisas e das declarações, pois, no meio dessas evocações vagas, podem aparecer subitamente minúsculas sequências de vida, gestos inesperados, ou mesmo a sombra de um cenário social montado furtivamente. Enumeremos algumas dessas respostas aparentemente anódinas dadas à pergunta que abre todo interrogatório: “a ele [ou ela] perguntado por que foi detido”,

“que ele não sabe nada disso que estão lhe perguntando e que tinha acabado de fazer o sinal da cruz ao passar em

frente a porta onde haviam colocado um morto quando...

que ela estava ocupada como todos os dias desenrolando a lona da barraca no momento em que...

que ela tinha acabado de dizer ao seu filho para ir buscar unguento para cuidar da perna machucada do marido e que...

que ele tinha o hábito de beber uma dose de aguardente no cabaré e de não desconfiar dos outros quando...

que ele tinha sua reputação e não temia ninguém exceto Deus...

que ele ouviu um ruído e viu a escada cheia de gente mas que continuou a arrumar suas ferramentas...

que ela nunca tinha visto ninguém levando seus gorros à passadeira da rua do Roi-de-Sicile quando sentiu...

que ele foi correndo à oficina avisar seu amigo do que estava acontecendo na vizinhança, e que ficou muito tempo com ele, gracejando com a empregada da casa defronte que chama os clientes, até que...

que ela ouviu dizer que ele mandava as mulheres gritarem na janela e que ela o conhecia por ser...

que ela não conhece aquela que está todo dia no mercado perto da saída vendendo suas alfaces...

que ele lhe deu a ordem de fugir ouvindo a polícia chegar, e que ela não quis...

que ela tem quatro filhos pequenos e que seu marido não voltou para casa faz três dias, que tem certeza que ele vendeu até sua cama...

que ganhou dinheiro lavando roupa e que quer muito dispor dele, que precisa de dinheiro para viver, e que tem uma boca para alimentar...

que ele bateu nela com o foice e que os vizinhos acorreram antes que ela morresse com seus golpes...

que ele lhe fez tanto mal que só morrerá pelas próprias mãos...

que não lhe disseram que não devia passear ao anoitecer perto de Barrières e que sua irmã sempre vai lá com o namorado..."

Às vezes, as respostas são mais consistentes; a propósito de tumultos, suspeitos e testemunhas relatam com facilidade aquilo que presenciaram, seja um episódio de saque de uma padaria, por exemplo, ou uma caçada humana. Na eclosão dos testemunhos, surpreendem-se ações se realizando, representações se amoldando antes de se dissolverem quando nada ainda está definitivamente concluído e antes que se apresente uma interpretação global do acontecimento.

Cada ator testemunha o que viu e a maneira singular pela qual se ligou ao acontecimento, improvisando seu lugar e seus gestos, com veemência ou hesitação conforme o caso, inventando às vezes novas ações que deslocarão o curso dos acontecimentos. Multiplicados, esses testemunhos não reconstituem o caso em andamento, mas chamam a atenção para a organização improvisada de cenas minúsculas e furtivas, para o detalhe dos gestos, para os valores emitidos³, para a criatividade dos sinais de reconhecimento.

Precisas ou não, loquazes ou lapidares, as informações obtidas são muito mais que esclarecimentos que possibilitam ao historiador acumular fatos. São fragmentos de ética. Por fragmento de ética deve-se entender o que se

3. A. Farge, J. Revel, *Logiques de la foule. L'affaire des enlèvements d'enfants*, Paris, 1750, Paris, Hachette, 1988.

manifesta de cada ser por palavras que utiliza para se dizer e para dizer os acontecimentos, ou seja, uma moral, uma estética, um estilo, um imaginário e o vínculo singular que o une à sua comunidade. No murmúrio de milhares de palavras e frases, poderia ocorrer de se buscar apenas o extraordinário ou o resolutamente significativo. Isso, sem dúvida, seria um erro; o aparentemente insignificante, o detalhe sem importância traem o indizível e sugerem muitas formas de inteligência viva e de entendimentos refletidos que se misturam a sonhos frustrados e a desejos adormecidos. As palavras traçam figuras íntimas e expõem as mil e uma formas da comunicação de cada um com o mundo.

O Acidental e o Singular, o Único e o Coletivo.

A singularidade é desconcertante; o que fazer com esses inumeráveis personagens em peripécias arriscadas e amplos movimentos desarticulados? Uma única manhã passada na biblioteca examinando algumas denúncias impõe curiosos face a face: eis aqui o gatuno prisioneiro de Bicêtre ávido de liberdade “já por duas vezes peguei escorbuto e penso dolorosamente que se eu ficar em Bicêtre mais tempo será preciso passar para o outro mundo, de onde me será difícil dar-lhes informações”⁴; segue-se esse mendigo disfarçado de religioso “carregando uma caixa de raridades que ele comprou onde se encontram um *Ecce homo* e quatro imagens da Paixão que ele mostra aos passantes”⁵, e essa mãe aos prantos acompanhando seu fi-

4. A. B. 11929, année 1757.

5. A. B. 11923, année 1756.

lho detido “segurando-o pela mão”... Daria para continuar esboçando assim centenas de silhuetas.

O afloramento ininterrupto do singular convida a pensar “o único”, a refletir sobre o conceito histórico de indivíduo⁷ e a tentar uma difícil articulação entre as pessoas anonimamente mergulhadas na história e uma sociedade que as contém.

O procedimento anedótico é uma ferramenta inútil, não explica nada; o gosto pelo estranho não tem maior serventia, tanto ele deforma o olhar sobre os documentos. Falta, no plano das falas, a análise fina da raridade a desprender ao mesmo tempo do habitual e do excepcional. Falta descobrir uma linguagem capaz de integrar as singularidades em uma narração apta a restituir suas rugosidades, a assinalar suas irredutibilidades assim como as afinidades com outras figuras. Apta a reconstruir e a desconstruir, a lidar com o mesmo e com o diferente. “Entremeando histórias que não são nem subordinadas nem homogêneas a ele”⁸, o ser humano captado pelo arquivo deve ser evocado sem uma abordagem globalizante que o reduziria à estatura de um indivíduo médio sobre o qual não se teria nada a pensar, mas com o cuidado de fazer emergir o tabuleiro sutil de que todos dispõem para ordenar seu espaço.

“Defender as histórias”⁹ e fazer que sejam apreendidas pela história é se obrigar a mostrar como o indivíduo

6. A. N. X¹⁸ 1367, année 1750.

7. C. Ginzburg, *Le fromage et les vers. L'univers d'un meunier au XVI^e siècle*, Paris, Flammarion, 1980, p.15.

8. M. Foucault, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966, p. 380.

9. F. Dosse, “Foucault face à l’histoire”, *Espace-temps*, n. 30, p. 5.

constitui seu próprio agenciamento com aquilo que historicamente e socialmente é colocado à sua disposição. Assim questionados, os interrogatórios e os testemunhos lançam luz sobre os lugares onde o indivíduo trava relações pacíficas ou tumultuadas com outros grupos sociais, preservando suas liberdades e defendendo suas autonomias. Às vezes, uma história da pessoa vem abalar as certezas adquiridas sobre o conjunto dos fenômenos ditos coletivos; ao mesmo tempo, ela só pode ser examinada em interação com grupos sociais.



Talvez se pressinta que a atenção ao singular requer a atenção ao ajustamento de cada um ao outro e sorve suas forças além até da disponibilidade do material de arquivo para lhes permitir figurar. Ela se enraíza na vontade de ler hoje como ontem a infinidade de desvios que cada um constrói em relação à norma, e a complexidade dos caminhos traçados no interior dela, para inventar e não se submeter, para se unir e se opor. Há nisso, sem dúvida, uma visão do mundo, uma ontologia do atual, a inquieta tenacidade em jamais imobilizar nada. Como se a fala de hoje assim como a de outrora abrigasse nela a esperança de sempre veicular uma possibilidade qualquer.

Sentido e Veracidade

Enfim, não existe história simples, nem mesmo história tranquila. Se o arquivo serve realmente de observatório social, é só por meio da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstituído de acontecimentos obscuros. Trilha-se uma leitura em meio a fraturas e dispersão, forjam-se perguntas a partir de silêncios e de balbucios. Mil vezes o caleidoscópio

gira diante dos olhos: antes de se cristalizar em uma forma precisa, figuras hipotéticas passam diante dos olhos, se estilham em jatos de luz iriados antes de se imobilizarem sob outros ornamentos. O menor movimento torna-as então perecíveis fazendo com que delas nasçam outras. O sentido do arquivo tem a força e o efêmero dessas imagens convocadas uma a uma pelo turbilhão do caleidoscópio.

Isso é sabido; não há sentido unívoco para as coisas do passado, e o arquivo contém em si essa lição. Frágil lembrança, ele possibilita ao historiador isolar objetos e testá-los. “O historiador que reflete sobre um tema deve construir a história de que necessita e fazer isso com as outras disciplinas”¹⁰, já que nenhum documento faz emergir sentido dele mesmo: “Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que pensava seu autor, que ele pensava ter acontecido, que pensava que deveria acontecer ou que aconteceria, ou talvez apenas aquilo que queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo o que ele próprio pensava pensar. Tudo isso só adquire um sentido quando o escritor se empenha em decifrá-lo. Os fatos, provenham ou não de documentos, não podem ser usados pelo historiador sem antes tratá-los: e esse uso constitui, se posso dizer assim, o próprio processo do tratamento”¹¹.

A vontade de compreender é exigente; é por isso que há tantas ilusões a combater quanto condições a cumprir. De fato, se o historiador é realmente um narrador, ele é também quem explica e convence, expõe longamente suas

10. J. Revel, “Une œuvre inimitable”, *Espace-temps*, Braudel dans tous ses états, p. 14.

11. E. H. Carr, *Qu'est-ce que l'histoire?*, Paris, La Découverte, 1987, p. 62.

razões porque sabe que podem contrapor-lhe outras. Assim, a primeira ilusão a combater é a da narrativa definitiva da verdade. A história, de fato, é uma maneira de fazer que não funda um discurso de verdade controlável ponto por ponto; ela enuncia uma narrativa que reúne a formulação de uma exigência científica e uma argumentação na qual se introduzem critérios de veracidade e de plausibilidade. O poeta cria, o historiador argumenta e reelabora os sistemas de relação do passado por representações da comunidade social que estuda, e ao mesmo tempo por seu próprio sistema de valores e de normas. O objeto da história é, sem dúvida nenhuma, a consciência de uma época e de um meio, assim como é necessariamente construção plausível e verossímil de continuidades e de descontinuidades do passado, a partir de exigências científicas. O historiador não é um fabulista redigindo fábulas, e por isso pode afirmar, como fazia Michel Foucault: "Nunca escrevi nada além de ficções e estou plenamente consciente disso", logo acrescentando: "Mas creio que é possível implementar ficções no interior da verdade"¹².

Pode-se livrar da ilusão de uma universalidade, de uma verdade total e definitiva a reconstituir globalmente. Ao contrário, não se pode descartar a verdade ou mesmo desprezá-la, nem se deve jamais extraviá-la, e o espaço entre esses dois polos geralmente é estreito. A relação com o arquivo permite ser muito sensível a esses dois imperativos e de considerá-los solidários. Às construções teóricas e abstratas, o arquivo opõe seu peso de existências e de acontecimentos minúsculos incontornáveis, espicaçando

12. Entrevista com L. Finas citada por M. Blanchot, *Michel Foucault tel que je l'imagine*, Fata Morgana, 1986, pp. 46-47.

o saber tradicional com uma “realidade” trivial e flagrante. O arquivo oferece rostos e sofrimentos, emoções e poderes criados para controlá-los; seu conhecimento é indispensável para tentar descrever depois a arquitetura das sociedades do passado. No fundo, o arquivo sempre agarra pela manga aquele ou aquela que resvalaria com extrema facilidade no estudo de formulações abstratas e de discursos sobre. Ele é dos lugares a partir do qual podem se reorganizar as construções simbólicas e intelectuais do passado; é uma matriz que não formula “a” verdade, evidentemente, mas que produz tento no reconhecimento como na expatriação elementos necessários sobre os quais fundar um discurso de veridicação distante da mentira. Nem mais nem menos real que outras fontes, ele sugere destinos de homens e mulheres com gesticulações surpreendentes e sombrias cruzando poderes com múltiplos discursos. A emergência de vidas se entrechocando com os dispositivos de poder estabelecidos conduz uma narrativa histórica que busca estar à altura dessa irrupção e desse peso, ou seja, que leva em conta esses retalhos de realidades exibidas, que desvenda estratégias individuais e sociais para além dos não ditos e dos silêncios, coloca-os em ordem, e depois propõe uma inteligibilidade própria sobre a qual é possível refletir.

Inicialmente, revela-se necessária a explicação racional das grades de leitura impostas pelo material: o processo de questionamento do arquivo deve ser suficientemente claro para que os resultados da pesquisa sejam convincentes e não falaciosos. Pois – pressente-se isso – pode-se fazer o arquivo dizer tudo, tudo e o contrário; uma das primeiras exigências é esclarecer os procedimentos de indagação. Vamos direto ao ponto: uma coisa é compreender

a história como um processo de reinterpretação permanente do passado tendo como parâmetro uma sociedade atual e suas necessidades; outra coisa é subverter os fatos do passado para favorecer ideologias perniciosas. Há momentos em que é necessário dizer “verdades” (e não a verdade) incontestáveis, isto é, formas inteiras de realidade, que de nada serve esconder ou subverter. Há momentos em que a história deve demonstrar erros, recorrer a provas, para que “a memória não seja assassinada”¹³. “A história é uma lacuna perpétua [...] mas não é sempre indispensável se agarrar a essa velharia, ‘o real’, ao que se passou autenticamente?”¹⁴

“Não se deve jamais enfraquecer a incisividade do que ocorreu, a incisividade do acontecimento” – dizia recentemente Paul Ricœur durante uma jornada de encontro com historiadores¹⁵ –, sobretudo quando ele ainda produz horror e traumatismos. Houve no passado acontecimentos abjetos cuja narrativa é necessária e que, por isso mesmo, impõem um estatuto específico à sua narração, particularmente quando ainda vivem na “memória cultural”. Auschwitz, dizia ele, é um “acontecimento fundador negativo” que é obrigatório manter na condição do memorável, e cujo enunciado não pode em hipótese nenhuma ser deformado. Evidentemente, “a relação da história com o real não se faz à maneira de uma transparência, mas

13. P. Vidal-Naquet, *Les assassins de la mémoire*, Paris, La Découverte, 1987.

14. P. Vidal-Naquet, “Lettre”, Michel de Certeau, Centre G. Pompidou, 1987, pp. 71-72.

15. É com a autorização pessoal de P. Ricœur que são citadas essas palavras proferidas no dia 22 de junho de 1988 na École des Hautes Études en Sciences Sociales em uma intervenção oral durante uma jornada de trabalho “Em torno de Paul Ricœur”, organizada por R. Chartier e F. Hartog.

de relacionamento de dados”¹⁶, operação que deve possuir um estatuto incontestável de verdade. Pertinente para o tratamento de todos os acontecimentos, essa relação da história com o real torna-se crucial quando se trata de fatos sobre os quais se forjou uma memória viva que atravessa a sociedade inteira.

Assim, não se pode admitir a história “revisionista” e faurissoniana que assumiu novas formas infiltrando-se quase por toda parte, insinuando que as câmaras de gás não existiram; enunciado mortífero emitido “para desrealizar o sofrimento, a morte”¹⁷.

A Revolução Francesa também é um acontecimento fundador, positivo desta vez, que produz efeitos ainda hoje. Por estar sempre ativo na memória coletiva, esse episódio mantém estranhos vínculos com seus historiadores. Alguns, por exemplo, procuram demonstrar que a Revolução terrorista e sanguinária foi um dos episódios mais vergonhosos de nossa história, não hesitando em empregar a palavra “genocídio” para se referir à guerra civil vendeana. Aqui, é forçoso dizer que se estabelece um jogo perverso e pernicioso com a verdade, uma utilização falaciosa dos fatos, a fim de escrever uma história na qual a paixão se sobrepõe ao rigor. Quando sofre tais operações, o conhecimento se quebra e morre, assim como o sentido de si, pois se recusou a “habitar o texto do outro” (Paul Ricœur).

Tomemos o exemplo a Vendeia entre 1793 e 1797. O estudo que melhor analisou esse episódio foi aquele que

16. Citam-se aqui as palavras de R. Chartier durante sua intervenção de 22 de junho de 1988.

17. P. Vidal-Naquet, *op. cit.*

não somente reuniu os fatos e as cifras, como também propôs uma interpretação convincente do desenrolar dos acontecimentos a partir desse reexame indispensável. Trata-se da obra de Jean-Clément Martin (*La Vendée et la France*, Le Seuil, 1987). O autor demonstra a que ponto as primícias da insurreição vendeana traumatizaram o governo revolucionário que viu nesse levante a negação de todos os seus esforços. A partir desse choque, uma impiedosa repressão veio consolidar uma região que não tinha na época nenhuma consciência de seu poder. Toda a compreensão do autor vem mostrar, com apoio de arquivos, que os fatos não são nada se não forem reinseridos nas representações que se tem deles, representações que os realimentam em seguida ou que, ao contrário, podem reduzir sua progressão e sua acuidade. A guerra da Vendéia ocorreu no cerne de um processo em espiral de impacto dos fatos sobre as consciências: se o governo revolucionário não tivesse visto nesses acontecimentos tamanha carga simbólica, a engrenagem da guerra civil certamente não teria sido tão violenta. Há nessa obra um belo equilíbrio entre a abordagem do que se passou e o sentido a dar a esses acontecimentos que se alastraram em ecos, uns amplificando os outros incessantemente.

Que se entenda bem: com raras exceções, o documento, o texto ou o arquivo não é a prova definitiva de uma verdade qualquer, mas morro-testemunho incontornável cujo sentido deve ser construído em seguida por questionamentos específicos, e o historiador sabe muito bem que "a validade do conhecimento depende da validade da meta"¹⁸, ele navega exatamente entre a consciência da gra-

18. E. H. Carr, *op. cit.*, p. 75.

vidade de suas escolhas e a teoria impossível segundo a qual a história seria uma compilação objetiva de fatos.

Uma vez tomadas essas precauções, o sentido não jaz com a evidência de um tesouro encontrado. É preciso procurá-lo sob a desordem aparente dos relatos, dos fatos e dos acontecimentos, e quando se trata do estudo de comportamentos populares, pode-se imaginá-lo perseguindo, por exemplo, o conjunto de sistemas de racionalidade que fazem agir ou falar os parceiros sociais presentes nos documentos.

Pensar Certas Formas de Expressão Popular

Uma história dos comportamentos populares estabelecida a partir do arquivo corre sempre o risco de se reificar se não quiser reconhecer, por trás da acumulação de detalhes obtidos sobre práticas sociais, afetivas e políticas, modos de pensamento, condutas autônomas e sistemas de racionalidade. De fato, não basta descrever os gestos e as atitudes do corpo popular para estar quite com ele. A vida da oficina, da rua ou do cabaré não se resume a condições de trabalho, modos de *habitat* e de alimentação; as práticas cotidianas são o produto de pensamentos, de estratégias, assim como de culturas feitas de denegação, de submissão, de sonhos e de recusas, de escolhas racionais e refletidas e, mais ainda, de desejo de legitimidade. Além do material bruto, que permite uma certa reconstituição da paisagem social, há possibilidade de mensurar e de mostrar a distância que existe entre o homem da rua e sua imagem; nas respostas dadas e nas palavras pronunciadas, há momentos singulares em que se identifica não somente o cotidiano, mas o pensamento do cotidiano;

há instantes privilegiados em que se entrevê o homem da rua não se enganar nem sobre o que faz, nem sobre o que acredita, nem mesmo sobre o que afirma. Essa é a riqueza do arquivo: não se limitar à descrição do social, compreender como uma população pensa sobre si mesma e produz constantemente inteligência e inteligível em busca de um sentido que ela descobre e fabrica simultaneamente às situações que vive. As elites não são decididamente as únicas a determinar uma cultura e uma visão dilacerada de sua consciência¹⁹, ainda que sejam as únicas a ter facilidade de se expressar, e a felicidade de se expressar por escrito.

As classes populares, menos hábeis no manejo da escrita, nem por isso viveram sem representar a si mesmas: o arquivo possui recursos nesse campo, é preciso se dispor a procurá-los. Fácil demais de encontrar nelas apenas uma soma cumulativa de atitudes quando não se tenta descobrir por quais sistemas de racionalidade essas atitudes foram tomadas. Assim, é preciso, por meio das palavras, desvendar outra coisa que não a simples descrição de condições de vida e evitar pensar que uma cultura popular só se forja a partir de atitudes, de condutas e de reações. Definitivamente, seu espaço é outro.

O arquivo mostra a perspicácia das condutas, o julgamento dos indivíduos e o discernimento das coletividades: é um trabalho, então, de identificar modos de pensar, de descobrir suas regras e circunscrever condutas que inventam simultaneamente sua própria significação, a fim de compreender sobre quais sistemas de inteligência e de sentimentos se fundamenta o conjunto das coesões e das

19. J. Rancière, *La nuit des prolétaires. Archives du rêve ouvrier*, Paris, Fayard, 1981.

rupturas sociais. De fato, trata-se de refletir sobre esse espaço em branco que o ser coloca entre ele e ele mesmo, ele e suas condutas, ele e a imagem de suas condutas.

Não é muito simples, visto que o arquivo judiciário reflete primeiramente, aumentada à lupa, a maneira como governantes e elites estão convencidos da impossibilidade do povo de participar da coisa pública e de ser sujeito da história. Porém, um maciço de arquivos de polícia vem opor seu conteúdo às certezas há muito tempo adquiridas da evidente vacuidade do ponto de vista popular. Como os do tenente-geral de Paris²⁰, que contêm os relatórios dos observadores e dos inspetores de polícia²¹ chamados de *gazetins de la police secrète*.

É até aceitável que o povo não tenha nem ponto de vista nem opinião, mas apenas crenças e superstições, mas por que então uma polícia inteira construída em torno da captação dos murmúrios e dos ruídos da cidade, da observação da rua e dos rumores que fazem o chão tremer? Paradoxal século XVIII, fundado na supressão do popular, e não deixando de funcionar calcado na utopia de captar seus menores reflexos, assim como a onda irregular de suas turbulências. A política não é assunto do povo, exclama-se por toda parte, e o intenso debate que se instaura em torno da necessidade de uma opinião pública só é capaz de reconhecer aquela dos meios esclarecidos²²,

20. O cargo de tenente-geral de polícia foi criado em Paris em 1667; toda a polícia organiza-se em torno de sua autoridade. Os arquivos estão conservados principalmente na Biblioteca do Arsenal.

21. A. B. 10155 à 10170, années 1724 à 1781.

22. J. Habermas, *L'espace public, archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot, 1978.

deixando de lado uma opinião popular²³ “que é, segundo Condorcet, a da parcela do povo mais estúpida e mais miserável”. Vacuidade do raciocínio popular fundado em um pressuposto: submetida à pressão da necessidade e do trabalho, as camadas populares não têm nem a possibilidade nem a oportunidade de se preocupar com as coisas que não estão diretamente ligadas às suas necessidades físicas ou materiais.

A essa filosofia infalível, o arquivo de tenente-geral de polícia, forma e conteúdo confundidos, oferece talvez um duplo desmentido. A própria constituição do arquivo revela a dimensão das preocupações monárquicas com o ruído das falas de seu povo, e o encontro semanal do tenente-geral de polícia com o rei é uma prova disso; é, aliás, para fornecer o máximo de informações à pessoa do rei que o tenente compôs com a ajuda de toda uma coorte de “moscas”²⁴ e de acólitos tantos registros consignando as conversas da multidão, captadas aqui e ali, em praças e cruzamentos. É claro que não se deve confundir: estar à espreita do burburinho popular não significa reconhecer o povo como interlocutor, mas não se pode afirmar a

23. Sobre o tema da opinião pública no século XVIII, ver os trabalhos de K. Baker, “Politique et opinion publique sous l’Ancien Régime”, *Annales ESC*, jan.-fev. 1987; R. Chartier “Culture populaire et culture politique sous l’Ancien Régime”, *French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*, vol. 1, *Political Culture of the Ancien Regime*, Bergamon Press, 1987; S. Maza, “Le tribunal de la nation: les mémoires judiciaires et l’opinion publique à la fin de l’Ancien Régime”, *Annales ESC*, jan.-fev. 1987; M. Ozouf, “L’opinion publique”, *Political Culture of the Ancien Regime*, Bergamon Press, 1987; J. Sgard, “Naissance de l’opinion publique”, no prélo (Colloque Ottawa. Les lumières du savoir, 1986).

24. Mosca [*mouche*]: nome dado aos observadores de polícia dissimulados na multidão e nos locais públicos.

contrário que essa busca incessante, quase obsessiva²⁵, não tenha tido nenhuma influência nas decisões políticas. As próprias formas da organização policial são construídas em torno dessa necessidade cotidiana de saber tudo e de ouvir tudo, e a classificação dos arquivos do tenente-geral traduz essa preocupação obstinada pelo detalhe e o gosto de subtrair sem constrangimento as palavras pronunciadas ao acaso de conversas públicas.

O conteúdo dos relatórios escritos pelos observadores após seus passeios urbanos dá a imagem das intenções iniciais: que não acredite encontrar ali o relato organizado e temático dos pontos de vista do povo sobre os grandes acontecimentos, escritos em forma de cartas e de folhas soltas encadernadas mais tarde; essas anotações são o eco desordenado da desordem percebida. **Aqui tudo é fugidivo, a notícia ouvida, a má intenção descoberta; da mesma maneira, a pena rápida, ritmada apenas pela irrupção dos acontecimentos ou das reações.** Nada de construído, nenhum estilo, nenhuma eloquência; um arquivo que tenta reter a onda fugaz das conversas e que nunca faz a triagem, que não nomeia, ou muito raramente: “Fala-se que... ouviu-se... é grande o rumor que...” A informação oficial também está presente ali, ou seja, as notícias da guerra, da Igreja, das viagens dos príncipes, mas não se impõe aos outros ruídos, ocupa o mesmo lugar que uma conversa de cabaré ou que o eco de um vendedor ambulante. Tudo é transcrito, possivelmente, mas está longe de ser confiá-

²⁵ Sobre a obsessão da polícia de relatar rumores e falas, cf. os dossiês de informação conservados na Biblioteca do Arsenal nos Arquivos da Bastilha sobre casos da época (casos jansenistas, controle dos costumes, casas de jogo, controle dos estrangeiros, etc.).

vel; em todo caso, nada parece mais ou menos importante, nada é indiferente. Passa-se de um assunto a outro sem demonstrar, sem se surpreender; inundado de notícias, o observador, apressado e coagido, reproduz de pronto os repentes, os imprevistos da cidade.

Esse arquivo, essas coletâneas de *gazetins de la police secrète* estão ali, portadores de perguntas e de contradições: mostram a complexidade do sistema monárquico em que a erradicação do popular vai de par com uma busca perpétua de suas impressões e sentimentos. Procurando o assentimento popular, a propaganda monárquica se nutre febrilmente do que não se parece com ele; recusando à opinião popular qualquer crédito quando esta se torna crítica, ela segue seus passos com tanta obstinação que se pode dizer que os induz e dá vida a eles por um mesmo movimento imperceptível, criando uma situação paradoxal. Consideradas significantes quando são alegres e satisfeitas; chamadas de tenebrosas, enigmáticas e fúteis quando são raivosas, as falas populares, perseguidas por uma polícia encarregada unicamente delas, seriam então um meio de ter acesso às representações da “esfera pública plebeia reprimida”, que Jurgen Habermas dizia não ser possível alcançar no século XVIII, a não ser apenas por um instante no início da Revolução?

Há, sem dúvida, um desafio em querer, por esse arquivo, refletir sobre as significações do político em uma sociedade que não conhece nada dos procedimentos que caracterizam a política, em uma sociedade que recusa ao seu povo a própria ideia de que ele possa ter um pensamento, ao qual se pede apenas que aclame ou que não se rebele. Há, sem dúvida, um desafio em marcar com o selo de político falas espalhadas por uma polícia ávida de boa-

tos, um risco a assumir, mas é nesse universo de falas aos pedaços que a experiência cotidiana e social ganha forma, é no peso das palavras que podem se enunciar as razões daqueles que não são reconhecidos por tê-las. Assim, podem-se circunscrever formas de interpretação dos acontecimentos, identificar opiniões e julgamentos articulados em sistemas de representações, encontrar configurações sutis em que se exprime um saber social e político, em que se inventam ações e os gestos e os hábitos captam os desafios do momento para fazer deles novas demandas. O arquivo contém aqui o que ele recusa: uma atenção extrema das camadas populares àquilo que não se quer lhe dizer e que adquire sentido aos olhos dele. Não é o que se chama de julgamento político?

Ali ainda, o trabalho se faz por meio da confusão de ecos e de notícias reportadas no arquivo (essa fragmentação é sem dúvida menos uma lacuna do que a imagem de um modo de ser). Há momentos particulares em que as falas se precipitam, em que sua irrupção inunda os escritos dos observadores e em que estes últimos (o que não é habitual) quase chegam a se preocupar com tanto vigor, espalhafatos ou alaridos. Visto que, em geral, as falas se revezam com escritos; os cartazes, panfletos e informes do dia a dia invadem a rua e dão à fala outros meios de dizer e de se expressar. Rápida, a circulação entre o escrito e o oral faz a cidade se dobrar às suas cadências. É assim que entre 1730 e 1736, o caso dos convulsionários do cemitério Saint-Médard²⁶ requer as “moscas” quase em tempo integral. Primeiro, aqueles que são expressamente

26. C. L. Maire, *Les convulsionnaires de Saint-Médard*, Paris, Gallimard, 1985; D. Vidal, *Miracles et Convulsions jansénistes au XVIII^e siècle*, Paris, PUF, 1987.

encarregados de recolher sem descanso os sonhos, discursos e as próprias profecias dos convulsionários²⁷. Mas também todos aqueles que, nas praças e cruzamentos, transcrevem o que se propaga sobre o caso. Recordemos brevemente os fatos: em 1728, Fleury, ministro do rei, lança uma ofensiva pesada contra os jansenistas, e trezentos eclesiásticos são interditados a partir de 1730... Nesse período, acontecimentos muito singulares ocorrem no recinto do cemitério da igreja Saint-Ménard. Aqui vivia um diácono, jansenista, de nome Pâris, inteiramente consagrado à ascese e à pobreza, morando em uma cabana do Faubourg Saint-Marcel, em pleno bairro popular. Em 1727, ele morre, tendo persistido em seus sentimentos contra a Constituição e contra Roma. Bastante querido por seus fiéis, sua morte ocasiona várias manifestações, inicialmente muito discretas. As pessoas vêm em massa rezar sobre seu túmulo e se recolher, depois se produzem alguns milagres e algumas curas dos quais se fala aos próximos sem clamá-los aos quatro ventos. O fenômeno se amplifica à medida que a repressão se estende, e, após uma onda de prisões de 250 convulsionários, o cemitério é fechado por decisão do rei, adotada em 27 de janeiro de 1732. A partir dessa data, os *gazetins* estão abarrotados de reações, “Paris é inundada de escritos... não se ouve outra coisa a não ser... deblatera-se abertamente entre os carregadores... fala-se por toda parte de... fala-se alto e bom som...”.

Mas o que se diz? Em torno do acontecimento alguma coisa se ordena e se solidifica, e é preciso reconhecer

27. A. B. 10196-10206. Rapports de police sur ce qui se passe chaque jour dans l'église de Saint-Médard, 1720-1757

seus contornos. O ruído dos rumores é ensurdecedor e as palavras pronunciadas no recinto do cemitério têm tanto peso que até o jornal jansenista *Les nouvelles ecclésiastiques* as transcreve. Com isso, dão a elas um poder novo, descartando pela primeira vez, sem dúvida, a ideia de que a opinião popular possa ser mera ficção. Mas, fiquemos nos textos de arquivos e com as falas que são transcritas ali nesse exato momento. Para assinalar que algo específico se produz em torno de um lugar – o cemitério – e para mostrar **como o espaço pode ser gerador de acontecimentos**. O cemitério é um lugar familiar, em plena vida urbana, sinal de uma certa comunidade entre os vivos e os mortos. E por isso é também um local de evocações imaginárias, de fantasias e de medos coletivos. Um espaço onde tudo é possível; barulhos estranhos são ouvidos ali à noite, vapores exalam enquanto se roubam cadáveres para tráficos bizarros. E o que pensar daqueles que temem ser enterrados vivos, e querem antes da grande viagem se munir de sinetas em caso de morte incerta? Lugar familiar, lugar incerto, lugar santo e sagrado, sobretudo; que o rei tenha tomado a decisão de fechá-lo, de impor-lhe uma interdição, isso é entendido pela população como uma espécie de crime de lesa-majestade, o que no entanto é inadmissível da parte de um rei. O cemitério é o lugar de Deus por excelência; que ele faça milagres ali deveria subjugar o rei, e os observadores assinalam as palavras escandalizadas de todos, “que é inconcebível que um rei venha se intrometer até nos segredos de Deus”, “que é indecente colocar arqueiros para vigiar a porta de uma igreja e de um cemitério”, “que tais procedimentos desonram o rei e a religião”, “que é escandaloso que os oficiais blasfemem e pronunciem palavrões, que eles deveriam respeitar o ce-

mitério que é um local santo”, “que punições surpreendentes se abaterão sobre o rei e Fleury”²⁸.

Às palavras escandalizadas acrescentam-se histórias contadas que todos garantem que aconteceram de verdade e que são a prova da ignomínia da ordem do rei. À morte ultrajada pelo fechamento do cemitério responde uma morte ativa, que atinge aqueles que são encarregados da guarda do cemitério. Casos estranhos são cochichados aqui e ali, e o espectro da morte súbita se abatendo sobre que estiveram mais ou menos envolvidos nessa questão do fechamento vai aumentando. “Comenta-se no público, destacam os *gazetins*, que dois arqueiros que tiveram morte súbita no cemitério por terem cometido alguma irreverência, foram enterrados imediatamente e sem alarde”. “Comenta-se no público que o tenente-geral da polícia se dirigiu a Saint-Médard por volta da meia noite, acompanhado por dois pedreiros, para exumar o abade Pâris, que um dos pedreiros caiu duro no cemitério ao querer dar o primeiro golpe de enxada e que o outro, conhecido como Serviat, teve morte súbita alguns dias depois”. E ainda: “Comenta-se que prelados têm morte súbita como punição aos seus sacrilégios”. Alguns evocarão até mesmo a morte do rei; a esse sonho responderá na realidade a do duque d’Anjou...

É toma lá dá cá: proibir ao público os lugares sagrados de sepulcro resulta em castigo. A resposta é brutal, pois se trata de morte súbita. O que não é um acaso; sabe-se que no século XVIII, a morte repentina torna manifesta a re-provação definitiva de Deus, pois priva o homem de qual-

28. A. B. 10161.

quer meio de arrependimento ou de confissão²⁹; a morte súbita nada mais é do que a mão de Deus.

Uma espiral de palavras ásperas e críticas severas se amplifica e se legitima por uma série de relatos inverificáveis murmurados entre cabarés e esquinas, todos eles adotando os mesmos temas, encadeando-se uns aos outros para fundar aqui uma verdade: o rei está errado, Deus dá a prova.

É comum que a propósito deste ou daquele acontecimento importante da vida social se notem concordâncias com o conteúdo dos casos mais contados na cidade. Como se, na massa de folhetos vendidos em plena rua, recheados de prodígios e catástrofes, importassem mais os relatos que de uma forma ou de outra ajudavam a pensar os acontecimentos. Não se trata quase nunca de uma concordância palavra por palavra entre o fato religioso, econômico ou político e o caso, mas sim de um sistema de correspondências pelo qual a população, não tendo participação direta no acontecimento, procura também contá-lo para si mesma com os meios que lhe são oferecidos, e extrai dos casos um arsenal alegórico e imagético que não só preenche um vazio como autoriza suas convicções, fundamenta suas verdades.

Paradoxal, o arquivo aqui contém ao mesmo tempo o que ele nega e aquilo que quer ouvir a qualquer preço: as falas encurraladas, as histórias que se contam, o investimento de lugares criadores de ação, as representações e os atos prestes a se consumarem, tudo isso são formas embutidas de um saber social e formas reconhecíveis da expressão popular. São uma história em construção cujo

29. R. Favre, *La mort au siècle des lumières*, Presses universitaires de Lyon, 1987.

desfecho nunca é inteiramente apreensível; para perceber isso, é preciso abandonar as margens soberanas do saber dominante que pretende explicar *a posteriori* os arcaísmos de uns e os modernismos de outros, para seguir o caminho dos atores que inventam suas formas de ação simultaneamente à sua participação nos acontecimentos, que descobrem seu sentido contra todas as tentativas vindas de cima para que este permaneça opaco para eles. O leitor de arquivos, olhando o que se passa no acontecimento, o diz e o desfaz ao mesmo tempo, sem dissolvê-lo ou anulá-lo, sem sobrepor “seu” sentido àquele que se busca permanentemente no acontecimento. Pelo arquivo, pressente-se o advento de figuras em constante em movimento, e cujo agenciamento se combina indefinidamente entre ação e reação, mudança e conflito. É preciso apreender o que advém, reconhecer nos fatos identificados que sempre se passa alguma coisa no interior das relações sociais, renunciar às categorizações abstratas para tornar manifesto o que se move, sobrevém e se realiza se transformando.

A Sala dos Inventários é Sepulcral



A sala dos inventários é sepulcral: o aquecimento não é adequado, os tetos altos exalam um ar úmido. Ao longo das paredes, cobertas de fichários, estão dispostas mesas de ferro cinzas, carcerárias. Elas servem para consultar os inventários indicando em que classificação se encontram os manuscritos procurados. No centro, uma mesa tão austera quanto as outras, talvez ligeiramente maior, acolhe um arquivista impassível. Perto da janela que abre para o jardim, um bibliotecário numera folhas com sua escrita caprichada. Nenhuma palavra, poucos sorrisos e vagos cochichos. O ruído de papéis é monótono, e o relógio abaixo da porta de batente duplo não indica a hora. O tempo está em outra parte, como aquele que há muito se imobilizou nessa sala de pórfiro do Escorial onde jazem as rainhas e os reis da Espanha, severamente dispostos em sua tumba de mármore. No fundo do sombrio vale da Espanha repousa a longa sucessão da monarquia, no fundo do Marais repousam os vestígios

do passado. As imagens desses dois mausoléus se justapõem aparentemente sem razão; porém, em todas as suas incursões na sala dos inventários, ela é tomada de assalto por essa lembrança de além dos Pirineus.

Hoje, um rapaz inibido pede um conselho ao arquivista de plantão na sala. Ele deseja fazer para o pai doente a genealogia da família. A rigidez da sala dos inventários curva ligeiramente seus ombros, talvez mais do que de costume. Ele mal ousa olhar na direção que lhe indicam, permanece agarrado sem jeito à sua pasta de couro marrom. O arquivista fala baixinho, pega um fichário atrás dele e, com a ponta dos dedos, segue as linhas impressas onde estão inscritos números precedidos de uma letra maiúscula. Depois, vagarosamente, conduz o rapaz até a estante mais longa onde estão enfileirados os fichários. Ele tira seis ou sete, escolhidos sem hesitação. Mais uma vez, abre-os, mostra com o dedo as longas colunas de números, fecha-os, deixa os livros, pega outros, retorna à sua mesa para consultar suas fichas bem espremidas em uma caixa de sapatos bege. O rapaz ouve, com sua pasta na mão, com ar de explorador que ainda não encontrou a chave do cofre e ignora quanto tempo precisará para isso. Os ponteiros do relógio permanecem imóveis. O arquivista se aproxima de novo do rapaz, sussurra duas palavras ao seu ouvido e abandona-o à mesa onde foram deixados os livros. O jovem se senta e começa a ler tudo, tirando uma folha branca da mochila, que enfim coloca no chão. Os olhos passeiam de uma página à outra sem se fixar e se detêm às vezes nos poucos leitores que, com um cartão verde na mão, só vêm aqui para uma breve verificação. Parece que ele os inveja, pensa ela. Ele permanece assim por um longo tempo tomando notas. Sua folha branca se enegrece de registros inscritos de forma cada vez mais febril. É o começo de um longo labirinto onde ele se embrenha

arduamente, preocupado não com a saída, mas com a rede de ruelas de papel que terá de seguir.

Decididamente, nos Arquivos Nacionais, a sala dos inventários não tem nada a ver com as salas de catálogos ou de fichários de outras bibliotecas. Estas são movimentadas e animadas, com seus armários de madeira abertos e fechados imediatamente quando não se encontra a referência esperada. A madeira clara não oprime e os leitores, aparentemente descontraídos, aproveitam esse momento de descanso para esticar as costas e se colocar a par das últimas novidades do mundo universitário. Nos catálogos, passear com um lápis na boca, três fichas brancas na mão, batendo os calcanhares, não é uma coisa ruim. A perspectiva da sala é divertida; ao invés de se encontrar diante de condenados a trabalho forçado, as costas curvas, prostrados e mudos, que guarnecem as salas de leitura, percebe-se uma perspectiva insólita com homens e mulheres com troncos e cabeças dando viravoltas sobre os fichários. Ali não se fala alto, mas menos baixo do que em outros lugares, e em certas bibliotecas os fichários altos deixam entrever as pernas alertas ou não dos consulentes.

Nos inventários, o mundo para, estatuífido, os próprios fichários são enigmáticos para quem não conhece seu código. Com a respiração retida, cada um busca o sésamo que evidentemente abre apenas uma porta de cada vez. Uma boa referência de livro encontrada no fichário pode às vezes trazer uma resposta definitiva para um pesquisador em pleno percurso; frequentemente, uma classificação de arquivos apenas remete a outra classificação que, por seu turno, dá acesso a uma nova série em que repousam outras classificações. Os olhos se embaralham ao memorizar de A a Z e de Z^{1A} a Z^{1H} esse universo imenso onde jazem segredos inacessíveis em alguns momentos. O orgulho do frequentador assíduo provém

às vezes de vitórias derrisórias: quando ele encontra outro frequentador assíduo, pode, no decorrer da conversa, soltar displicentemente que Y 10139 está bem mais conservado que X^{2º} 1354. Nesse nível, a sala dos inventários não é mais uma tumba, mas um aquário onde o leitor é como um peixe na água. Prova disso é que um mês depois, o mesmo rapaz retorna, descontraído e sorridente; dirige-se apressadamente a um grande fichário vermelho escuro que abre imediatamente na página certa. Ele anota duas informações, ergue os ombros, olha distraidamente a hora que depois de tanto tempo se recusa a passar. Satisfeito, muito satisfeito, guarda o inventário, e, antes de ir para a sala de leitura onde manuscritos o aguardam, ele percebe um jovem tímido e ligeiramente curvado sem muita coragem de importunar o arquivista. Ele vira a cabeça, rapidamente, depois fecha a porta atrás de si. No corredor, encontra um amigo que conheceu aqui mesmo nessa sala esbranquiçada: contente, ele diz que logo poderá enviar ao pai a genealogia tão desejada. Ele acrescenta, não se sabe por que, que nesse verão voltará ao Escorial para ver os túmulos dos reis... Ela sorriu.



Tudo passa por ela; tudo se passa em torno dela: barulho de enxame ininterrupto, e agitação em torno de seu estrado com uma mesa em cima que dá à sala de leitura uma aparência improvável. Tudo deveria estar calmo normalmente, e conservar como de hábito esse odor inimitável em que os eflúvios de cera se confundem com os mais insípidos das encadernações de couro gasto. Visto que nada se parece com ontem, e um perfume apimentado dá o tom logo que se transpõe a soleira da porta, não resta dúvida: é seu dia de presidência da sala. Tal

como uma rainha barroca com joias pesadas e vestidos com grandes flores, ela faz soprar na sala um vento de maré de equinócio. Ninguém escapa, a não ser talvez as últimas fileiras, ali, mais afastadas, portanto mais preservadas. As primeiras fileiras estão em polvorosa, inexoravelmente contaminadas por sua febre forte e imponente; isso se vê nas cabeças erguidas, nas mãos exasperadas sobre as folhas de papel, nos pés estranhamente retorcidos contra as pernas das cadeiras. Ela reina, dá conselhos que parecem ordens, fala muito alto, não compreende o que não quer ouvir enquanto amarfanha sem parar seu jornal matutino. Às vezes, uma notícia lida a faz suspirar ou resmungar, é difícil saber. Nada se ganha importunando-a nesse instante; é melhor se afastar em direção aos livros de referência e mergulhar distraidamente em uma revista mais ou menos recente. Será o momento de voltar quando um sorriso vago a tiver tornado quase enternecedora.

Cinco ou seis vezes por manhã, oito a nove vezes por tarde, ela é chamada ao telefone, um telefone que não está na sua mesa; é preciso então que, de longe, um bibliotecário lhe faça um sinal, imitando por gestos o aparelho e articulando em silêncio: TELEFONE. Essa boca aberta, lá no fundo da sala, age sobre ela como uma catapulta; ela não se levanta, mas salta, os dois braços se apoiando um instante na mesa para se lançar melhor. Desce os dois degraus como um tornado, e inicia seu percurso. É para ir mais rápido ou fazer o menor ruído possível? Mas ei-la gingando comicamente na ponta dos pés, para não correr, meio desengonçada, marcando o assoalho com minúsculos passos sonoros. A cena, nessa sala de leitura revestida de madeira e estudiosa, tem ares de cataclismo. Acelerando o passo no momento de chegar onde está o do telefone, ela assegura o equilíbrio escorando na última mesa comprida, gira em torno de seu ângulo reto e reinicia a corrida. O biblio-

tecário toma a precaução de manter a porta aberta; numa última deslizada que chacoalhar seu coque cuidadosamente enrolado, ela atinge o objetivo, os dois braços estendidos. A porta se fecha, alguns papéis voam. É o rastro dela. Ouve-se sua voz estridente se confundir em amabilidades melosas, sem apreender o conteúdo exato da conversa. Todas as cabeças pendem novamente sobre os dossiês e os fichários, ocupadas em recuperar um pouco da concentração. Só se esquecem que essa partida precipitada exige forçosamente um retorno. Ele se realiza da mesma maneira, uma catástrofe; ela não sobe os dois degraus de seu estrado, devora-os, antes de sentar pesadamente, e de quase gritar para aqueles que a esperam pacientemente, com o cartão estendido e cara de idiotas, que não é a ela que se deve dirigir para um detalhe tão insignificante. Ela é incomparável.

Amanhã, ela estará ausente, deixará saudade. A sala é quase calma demais, concentrada demais, é preciso cuidar para não adormecer. Felizmente, o velho inglês da terceira fileira estará presente; como de hábito e por inadvertência, fará um estrondo com sua escrivaninha. No mesmo ritmo, todos os ombros se sobressaltarão.

ESCREVER



* Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixá-las morrer uma segunda vez. O espaço é estreito para elaborar uma narrativa que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença.

Seguramente, o gosto pelas palavras e pelas ações em retalhos amolda a escrita; apoiando-se na fragmentação das falas, ela ganha ritmo a partir de sequências que não devem nada à necessidade, mas tudo ao plausível, procura uma linguagem que deixe subsistir o desconhecimento, ao mesmo tempo oferecendo parcelas de saber novo não esperado. É perigoso o exercício de querer que a história seja também modelada por aquilo que poderia ter acontecido, deixando escapar pelo desenrolar dos acontecimentos a ordem instável e disparatada do afloramento do cotidiano, a mesma

que torna o curso das coisas ao mesmo tempo provável e improvável.

Para tanto, é preciso manter-se longe do arquivo-reflexo onde se colhem apenas informações e do arquivo-prova que conclui demonstrações, como se esgotasse de uma vez pôr todas o material. Como então inventar uma linguagem que se prenda ao que se procura ali, por vestígios infinitos do desafio, reveses e êxitos. Se as palavras empregadas jamais permitem que os atos descritos por elas sejam reencenados, podem ao menos evocar o reencenável, suplementos de liberdade para mais tarde, mesmo que apenas enunciando a dignidade e tentando medir a amplitude das dilacerações e da dor. Seguramente, “a história sobrevém quando a partida está terminada”¹, escreve Paul Ricœur, mas a escrita dessa história deve manter o gosto do inacabado, deixando, por exemplo, que as liberdades vagueiem depois de terem sido injuriadas, recusando encerrar qualquer coisa, evitando toda forma soberana de saberes adquiridos. Existe certamente uma maneira nova de submeter as palavras ao ritmo das surpresas sentidas diante do arquivo, de obrigá-las a fazer companhia à hesitação intelectual, para deixar, por exemplo, que tanto as infâmias quanto os desejos de emancipação se manifestem por si mesmos, ao mesmo tempo mantendo-os aptos a se ligarem mais tarde em outros sonhos e outras visões. Com certeza há meio, pela simples escolha das palavras, de produzir abalos, de desmentir as evidências, de inverter o habitual fio indulgente do conhecimento científico. Com certeza há meio de ir além da restituição morna de um acontecimento ou de um objeto histórico, marcando

1. P. Ricœur, *Temps et Récit*, t. I, Paris, Éditions du Seuil, 1983, p. 222.

lugares onde o sentido se desfez, produzindo ausência lá onde reinariam certezas. Dividida entre a necessidade de construir sentido com uma narrativa que se sustente e a certeza que nada deve ser reificado, a escrita se busca entre inteligência e razão, paixão e desordem.

Não é mais segredo no presente, no momento em que este ensaio se encerra. O sabor do arquivo é visivelmente uma errância por meio das palavras de outro, a procura de uma língua que salve suas pertinências. Talvez seja mesmo uma errância por meio das palavras de hoje, uma convicção pouco razoável de que se escreve a história para não contá-la, para articular um passado morto em uma linguagem e produzir “a troca entre vivos”². Para penetrar em um discurso inacabável sobre o homem e o esquecimento, a origem e a morte. Sobre as palavras que traduzem a implicação de cada um no debate social.

2. M. de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975, p. 61.

O arquivo nasce da desordem. Capta a cidade em flagrante delito. Mendigos, ladrões, pessoas de baixa condição destacam-se da multidão por uns instantes. Um punhado de palavras os faz existir nos arquivos policiais do século XVIII.

Tão evidentes como enigmáticos, pode-se fazer os arquivos dizerem tudo, tudo e o contrário, pois falam do real sem jamais descrevê-lo. O trabalho do historiador se impõe, portanto, em todo seu rigor, em toda sua modéstia.

Este livro acompanha todos os passos da pesquisa com acervos e manuscritos, articulando a experiência pessoal da autora com as peculiaridades do trabalho arquivístico. Apaixonada pelos arquivos, Arlette Farge convida o leitor a acompanhá-la em seu prazer quase cotidiano de "ir aos arquivos", em um texto que já se tornou clássico.

ISBN 978-85-314-1167-0



9 788531 411670

Franga.Br 2009